

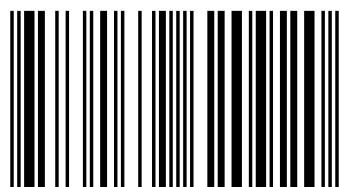
Regionalismo Sul-Americano no século XXI

Esse livro é um apanhado de conteúdos que vi ao longo de minha graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal da Integração Latino Americana no Brasil; que ajudam a explicar as crises econômicas e políticas em regiões subdesenvolvidas. Esse material foi minimamente organizado e simplificado e com ele passaremos por alguns dos fatores históricos que explicam a instabilidade mundial no século XXI e seus efeitos sobre a América Latina e o regionalismo Sul-americano. Veremos que as crises da região em debate têm relação

com o sistema internacional em expansão desde os países industrializados. Vale ressaltar que esse é um trabalho amador de um novato nas ciências sociais aplicadas. Críticas e conselhos são bem vindos. Boa leitura!



Graduando (2015-2018) do curso de Ciências Econômicas de a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/6379363945924930>. Email: jacksonflxavier@gmail.com



978-613-9-62092-0



Jackson Francisco de Lima Xavier

Regionalismo Sul-Americano no século XXI

Instabilidade no Sistema Mundo

 Novas Edições Acadêmicas

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. TEMPOS ESTRANHOS.....	4
2 ESTE SÉCULO: PAZ E PROSPERIDADE.....	9
2.1 PESSIMISMO.....	10
2.2 ALGUMAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS.....	11
2.2.1 O PAPEL DO ESTADO.....	11
2.3 INSTABILIDADE.....	12
2.3.1 ESTABELECIMENTO DA PAZ.....	13
2.3.1.1 HEGEMONIA.....	14
2.3.1.2 OS IMPÉRIOS NÃO FAZEM A PAZ, MAS SOBREVIVEM DELA.....	15
2.4. OUTRAS VISÕES SOBRE A INSTABILIDADE MUNDIAL.....	15
3. PENSANDO A AMÉRICA DO SUL.....	24
3.1. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO LATINO AMERICANO E A “ESQUEMATIZAÇÃO LEVADA AO EXTREMO” DE CELSO FURTADO.....	24
3.1.1 POTENCIALIZAÇÃO DA EMANCIPAÇÃO.....	26
3.2 A SITUAÇÃO POLÍTICA PÓS-1850 E OS TIPOS DE ECONOMIA EXPORTADORAS.....	27

3.3. SALTO PARA O SÉCULO XX.....	28
3.3.1 RECORRIDO PELA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL LATINO-AMERICANO: ALGUMAS QUESTÕES.....	29
3.3.1.1 ALGUNS DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRERAM NA ECONOMIA MUNDIAL AO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX, COMO PARTE DO CONTEXTO QUE GEROU, JÁ NOS ANOS 1920, ALGUMAS DAS GRANDES HIPÓTESES SOBRE A AMÉRICA LATINA.....	30
3.3.1.2 A CRÍTICA DE RAMIRO GUERRA EM RELAÇÃO À EXPLICAÇÃO RACISTA DA ESCRAVIDÃO E EXPLICAÇÃO ALTERNATIVA FORMULADA PELO AUTOR.....	32
3.3.1.3 EM SEU ENSAIO SOBRE “EL PROBLEMA DEL ÍNDIO”, JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI CRITICA ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE O TEMA E APONTA PARA UMA NOVA FORMULAÇÃO SOBRE A QUESTÃO.....	33
3.3.1.4 VICTOR RAÚL HAYA DE LA TORRE SOBRE “LA REALIDAD ECONÓMICO-SOCIAL DE AMÉRICA LATINA”, APRESENTA O ARGUMENTO QUE “EN EL CURSO DE NUESTRA EVOLUCIÓN ECONÓMICA LAS ETAPAS NO SE SUCEDEN COMO LAS DE LA TRANSFORMACIÓN DE UN NIÑO EN HOMBRE. ECONÓMICAMENTE, INDOAMÉRICA ES COMO UN NIÑO MONSTRUOSO [...]” (HAYA DE LA TORRE, 1994, P. 86). ESTA CARACTERIZAÇÃO TRAZ IMPLÍCITA UM MODELO DE COMPARAÇÃO UM SUPOSTO NIÑO SANO, QUE SERIA O EUROPEU E O ESTADUNIDENSE.....	34
3.3.1.5 FEUDALISMO OU CAPITALISMO?.....	36

3.3.1.5.1 SEGUNDO SERGIO BAGÚ, “EL RÉGIMEN ECONÓMICO LUSO-HISPANO DEL PERÍODO COLONIAL NO ES FEUDALISMO. ES CAPITALISMO COLONIAL” (BAGÚ, 1994, P. 134).....	38
3.3.1.6 A INDUSTRIALIZAÇÃO É A SOLUÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO?.....	39
3.3.1.7 O QUE FORAM AS DITADURAS?.....	41
3.3.1.7.1 EN EL TEXTO “EL ESTADO DE CONTRAINSURGENCIA”, RUY MAURO MARINI AFIRMA QUE “LAS DICTADURAS MILITARES LATINOAMERICANAS SON EL FRUTO DE UN PROCESO QUE TIENE TRES VERTIENTES”.....	41
3.3.1.7.2 UMA QUARTA VERTENTE.....	42
3.3.1.8 MECANISMO PARA MANTER OS LUCROS NOS MOMENTOS DE CRISES.....	43
3.3.1.8.1 AS CONDIÇÕES DE LARGO PRAZO E AS CAUSAS IMEDIATAS DA CRISE DA DÍVIDA DE 1980.....	44
3.3.1.8.2 UMA EXPLICAÇÃO DE PORQUE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS SEGUIRAM PAGANDO A DÍVIDA EM VEZ DE DECLARAREM MORATÓRIA CONJUNTA.....	45
3.3.1.9 O CONSENSO DE WASHINGTON EM QUATRO PONTOS.....	45
3.3.2 TRAZENDO PARA NOSSOS DIAS.....	47
4.1 COERÇÃO E CONSENSO.....	48

4.2“PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL”	50
5.3 PADRÃO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	52
5.4. REGIONALISMO SUL-AMERICANO: APROXIMAÇÃO DO BRASIL AO CONTINENTE.....	54
5.4.1 UMA REVISÃO DAS FASES DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA LATINO AMÉRICA.....	56
5.4.1.1 PRIMEIRA FASE: 1810 À 1914-1945.....	56
5.4.1.2 SEGUNDA FASE: 1914-1945 ATÉ 1991.....	59
5.4.1.3 TERCEIRA FASE: 1991-2002.....	63
5.4.1.4 QUARTA FASE: 2000-3-X.....	66
5.4.1.5 QUINTA FASE: UMA NOVA FASE OU NÃO SAÍMOS DA TERCEIRA?	68
5.5 NOVOS ARES: ANÁLISE DE CONJUNTURA, 2017.....	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
7. REFERÊNCIAS.....	73

1. Introdução

1.1. Tempos estranhos

E antes de apresentar-lhes a esquematização deste livro, quero evidenciar alguns ocorridos que revelam as instabilidades das quais estou falando. Algumas notícias recentes me inspiram preocupação e questionamentos sobre a complexa realidade do mundo contemporâneo. Ao ler os jornais podemos encontrar uma série de acontecimentos relevantes que compõe a atual crise mundial. O mundo não está em crise? Caso você ache que não, sugiro que olhe com mais atenção os eventos mais recentes – não são tão recentes em sua essência – em nosso contexto.

Não são raras as notícias de ameaças/atos de guerra (comercial, militar, cultural, midiática, cibernética, etc) dos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, contra a Rússia, a China, Síria (ou vice e versa); e atos diretos de guerra como o bombardeio sobre a Síria, ataques terroristas recorrentes contra países da Europa (um caso mais emblemático foi em 2001 contra os EUA), sem contar as inúmeras guerras civis, como as da primavera Árabe e outras como as da Colômbia e as FARC, da Venezuela de Nicolás Maduro, entre tantos outros eventos. São eventos que revelam que o mundo como o conhecemos não vai de mal a pior.

Abaixo seguem-se algumas dessas notícias. A ideia não é mostrar as notícias do mundo inteiro, mas algumas que servem de exemplo:

a) Uma greve dos caminhoneiros no Brasil¹, por conta da elevação do preço do diesel feita pela Estatal PETROBRAS – para acompanhar os preços internacionais do petróleo em ascensão – já dura oito dias (21/05/2018 – 29/05/2018) e gera uma grave crise de desabastecimento pelo país inteiro e outros problemas de ordem política/militar:

A lorry drivers' strike that paralysed Brazil for a week appears to be continuing despite the government's decision to lower diesel prices.

1. BBC. **Brazil fuel protests continue despite price cut.** In: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-44285238>>. Acesso em: 29/05/2018.

Most of the truckers' unions backed the move to cut the price by 46 Brazilian cents (\$0.13; £0.09) per litre. But some unions are still holding out.

Drivers have been blocking major roads across the country.

Hundreds of plants in the country's south producing almost all of Brazil's ethanol have halted for lack of fuel.

Meat producers say 70 million chickens have perished for lack of feed.

The strike has brought much of Brazil to a standstill, with queues at petrol stations, airports running out of fuel and supermarket shelves empty.

Brazil's security forces have had to escort fuel tankers in a number of states.

The strikers have been defying President Michel Temer's threats to send the army in.

The government says some of the unions have been infiltrated by anti-government agitators.

Lorry drivers were dismayed by the rise in diesel prices from 3.36 Brazilian reais a litre at the start of 2018 to 3.6 reais just before the strike.

Many protesters have been calling for the government to resign. (BBC, 2018)

A situação conduziu à medida enérgica do Presidente Michel Temer de acionar as forças armadas para desmobilizar a paralisação – que por sinal não tem data para acabar²:

"Costuma-se dizer que onde tem Brasil, tem Forças Armadas". A fala é do general Joaquim Silva e Luna, atual ministro da Defesa, numa entrevista a jornalistas no fim da tarde desta sexta-feira, no Palácio do Planalto. Para Silva e Luna, a população brasileira já está acostumada com o uso das Forças Armadas nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e o Exército está em condições de ajudar o governo a desbaratar a greve dos caminhoneiros por ter estruturas e efetivos espalhados por todo o país.

Mas ao contrário do que sugere a fala do ministro, a medida anunciada por ele e pelos colegas Eliseu Padilha (Casa Civil), Sérgio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional), Raul Jungmann (Segurança Pública) e Carlos Marun (Secretaria-Geral) é extraordinária: esta é a

2. BBCBRASIL. Três perguntas para entender a 'intervenção militar' de Temer contra os caminhoneiros. In: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-44248222>>. Acesso em: 26/05/2018.

primeira vez que o governo decreta uma operação GLO em todo o território nacional (e não em Estados ou municípios definidos). O decreto – publicado depois das 21 h de ontem - dá poder de polícia para as Forças Armadas em todo o país, até o dia 4 de junho.

O uso da força também tem respaldo do Judiciário: no começo da noite, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União e autorizou o governo a remover manifestantes que estejam bloqueando vias ou estejam protestando nos acostamentos das pistas. A decisão de Moraes – publicada às 19 h de ontem - é inclusive mencionada no decreto de Temer. (BBC BRASIL, 2018).

Outro acontecimento preocupante do começo do ano de 2018:³

O Rio de Janeiro vive uma grave crise de segurança pública, com aumento do número de homicídios, de mortes de policiais e confrontos com criminosos. Porém, outros Estados vivem emergências de segurança tão ou mais agudas.

Enquanto a taxa de homicídios no Rio de Janeiro foi de 32 por 100 mil habitantes em 2017, no Acre foi de 55 por 100 mil e, no Rio Grande do Norte, de 69 por 100 mil.

Só no início deste ano, o Ceará teve a maior chacina da sua história, seguida de um massacre no sistema prisional. No Rio Grande do Norte, forças de segurança entraram em greve, ampliando o cenário de violência. Goiás viveu uma série de rebeliões no sistema prisional.

Além disso, no ano passado, massacres no sistema prisional do Amazonas e de Roraima lançaram luz sobre a expansão da disputa das facções criminosas pelo país. No Espírito Santo, a Polícia Militar paralisou suas atividades, gerando uma onda inédita de violência no Estado. [O antes pacato Acre se tornou o Estado onde a violência mais cresce no país, com decapitações e execuções bárbaras.](#)

"Essa intervenção no Rio de Janeiro é fruto da conveniência política do governo Temer. Vários Estados poderiam se enquadrar (em uma intervenção federal na segurança pública). Não tem como dizer que o Rio de Janeiro é um caso mais grave do que outros Estados, como Goiás, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo", avalia Sérgio de Lima. (BBC BRASIL (BBC BRASIL, 21 fevereiro 2018)

3. BBC BRASIL. **Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa.** In: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>>. 21 fevereiro 2018. Acesso em: 26/05/2018.

b) Nos EUA, o fenômeno Trump dispensa maiores comentários no que diz respeito às bizarrices políticas do mandatário americano, acostumado a lançar decretos nacionais e ameaças militares ao mundo via redes sociais, propagador de intolerância contra migrantes e negros, etc. Ainda no ano em que Trump foi eleito, movimentos supremacistas dos EUA que o apoiam fizeram passeatas violentas, manifestando seu ódio e intolerância contra negros e imigrantes, o que resultou em algumas mortes e prisões; esse presidente é um personagem extremista que trouxe consigo velhas feridas abertas⁴:

The lawmakers, in a letter sent on Wednesday to Mr. Ryan, argued that Congress needed to study an “outbreak of hate” brought on by last year’s presidential election, as well as the threat that white supremacist groups pose to “the security and stability of our nation.”

Representative Joseph Crowley of New York said he had broached the idea of the select committee after watching Mr. Trump praise the [“very fine people on both sides”](#) of the deadly violence at a rally of white supremacists in Virginia.

“A young woman lost her life as a result of what took place in Charlottesville,” Mr. Crowley said in an interview. “That cannot be understated, and that life ought to not go without recognition by the Congress.” (THE NEW YORK TIMES, 2017).

c) Estados Unidos, França e Reino Unido se uniram (14.04.2018) para bombardear o país Sírio, em guerra civil há mais de onze anos. Essa ação não foi aprovada integralmente pelo conselho de segurança da ONU e o governo Russo, que patrocina o governo Sírio, disse que não deixaria a ação impune:⁵

4. THE NEW YORK TIMES. **House Democrats Seek Committee to Combat White Supremacy**. In: <<https://www.nytimes.com/2017/09/07/us/politics/house-committee-white-supremacy.html>>. Sept. 7, 2017. Acesso em: 26/05/2018.

5. DW. US, UK, **France launch strikes on Syrian chemical weapons capabilities**. 14.04.2018 In: <<http://www.dw.com/en/us-uk-france-launch-strikes-on-syrian-chemical-weapons-capabilities/a-43384179>>. Acesso em: 26/05/2018.

In retaliativo for a chemical weapons attack in Douma, US President Donald Trump has said the US military launched strikes on Syrian chemical weapons capabilities. Russia has warned of "consequences" for the strikes (DW, 2018).

Estes são alguns dos muitos acontecimentos que estão acontecendo ao redor do mundo e que refletem instabilidade nas relações internacionais e nacionais no que diz respeito à economia, à política, aos valores, etc. Outros temas como a tentativa fracassada de desintegração do Estado Espanhol no primeiro semestre de 2018 (que acendeu fortes confrontos entre civis e destes contra as forças de segurança nacional), a guerra comercial internacional que os EUA está travando contra a China, os diversos ataques terroristas a países como Alemanha, Reino Unido, etc e etc. A ideia de apresentar essas tragédias é destacar que o século XXI mostra-se repleto de contradições que tiram a paz de qualquer pessoa minimamente consciente.

Mas afinal de contas, o que está acontecendo neste século? Essa é uma pergunta que precisa ser respondida antes de se entender minimamente os próprios desequilíbrios nacionais e regionais que a América do Sul – e outras regiões subdesenvolvidas – estão enfrentando.

Em 2016, estava acompanhando e refletindo sobre a crise política e econômica que a América do Sul entrou e ainda não saiu, uma verdadeira mudança no espectro político se manifestou junto de escândalos de corrupção e crise do crescimento econômico regional. Foi um processo que desde 2012 até 2016 se aprofundou ao ponto de haver deposição política da Presidente Dilma Rousseff e a prisão, em 2018, dum dos presidentes mais populares e carismáticos da América do Sul, Luiz Inácio Lula da Silva. Estes são alguns dos acontecimentos que ocorrem em meio a uma verdadeira polarização violenta das ideias.

Agora, em 2018, fazendo minha monografia para a conclusão da graduação, fui levado a buscar respostas na atual dinâmica do sistema capitalista mundial para ver como a América do Sul se enquadra nesse panorama; e talvez entender a origem de tanta instabilidade política, econômica e social na região em que vivo. Embora não esteja nem perto de concluir a monografia e ter respostas satisfatórias para este

problema, encontrei alguns livros e antigos fichamentos de textos que li, os quais trazem alguma luz aos problemas contemporâneos latino-americanos.

Então, começaremos por analisar a dinâmica mundial do capitalismo e trazer algumas contribuições feitas sobre o tema da instabilidade deste século. A ideia aqui não será construir um corpo teórico fortemente coerente, mas pegar contribuições com premissas diferentes e ver o que elas têm a dizer. Depois vamos “descer”⁶ à América do Sul e buscar algumas análises históricas que mostram como as crises do sistema mundial se transmitem genericamente para essa região subdesenvolvida; buscaremos alguns elementos de sua formação econômica e evidenciar alguns acontecimentos históricos que vulnerabilizaram a América do Sul e seu processo de regionalismo – que pode ser uma forma de buscar maior autonomia nacional e internacional para seus participantes; nessa parte traremos algumas repostas para problemas antigos, que contradizem afirmações de que o problema da América do Sul esta necessariamente eu sua falta de democracia, falta de capitalismo, etc.

2 Este Século: paz e prosperidade.

Eric Hobsbawm, em seu livro intitulado “Globalização, democracia e terrorismo”⁷, trás importantes reflexões sobre este século. Não se pode entender o presente sem entender o passado – o século XX. O século XX é considerado o mais mortífero de toda a história humana. As guerras mataram aproximadamente “187 milhões de pessoas”; esse valor corresponde à 10% da população mundial de 1913.

O período entre 1914 e 1945 pode ser visto como uma única “Guerra dos Trinta Anos”, interrompida apenas por uma pausa na década de 1920” (com guerras mundiais e localizadas); isso com mais ou menos quarenta anos de “guerra fria”(Estado de Alerta mundial) (HOBBSAWN,2006,p.20).

6. Descer em nível de abstração.

7. Eric Hobsbawm. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O autor sustenta que desde 1914 até 2007 o mundo não esteve em paz militar. Isso em base a constante intervenção militar dos EUA no exterior desde a guerra fria, assim como por outros conflitos militares na Europa, Ásia e África. As guerras podem ser separadas em períodos marcantes divididos em três: a era da guerra mundial (1914-45), a era da confrontação entre EUA e URSS (1945-89) e a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional, rompida principalmente pelas intervenções diretas dos EUA noutros países. Nesse último período,

[...] encontramos-nos num mundo em que as operações armadas já não estão essencialmente nas mãos dos governos ou dos seus agentes autorizados, e as partes disputantes não têm características, status e objetivos em comum, exceto quanto à vontade de utilizar a violência (HOBSEBAWN,2006,p.23).

Acompanhado disso, embora não considerada consensualmente, Hobsbawm indica que desde 1960 as guerras de escala internacional se reduziram, ao passo que os conflitos dentro dos Estados ampliaram-se até a década de 1990.

Além disso, no século XX os efeitos da guerra foram transmitidos fortemente à população civil, não recaindo apenas sobre os exércitos. Esse é um efeito capaz de descolar geograficamente importantes massas populacionais afetadas pelos conflitos.

Uma outra característica é a opacidade das guerras modernas. A diferenciação entre guerra internacional e civil tornou-se difusa. Isso por conta de guerras e revoluções e desmembramento de impérios. Depois da revolução russa a intervenção de uns Estados nos assuntos internos de outros tornou-se comum; e falando da URSS, no século XX a diferenciação entre paz e guerra obscureceu-se: a “Guerra Fria” ilustra bem essa noção, assim como o atual “estado de coisas no Oriente Médio”.

E mesmo depois da vitória do pós-guerra, nessa transição para o século XXI ainda não há “uma” autoridade global efetiva “capaz de controlar ou resolver disputas armadas”. Apesar da forte influência global dos EUA, este não é soberano e provavelmente não o será nesse cenário de multipolaridade contemporânea. A ONU, o FMI, o Banco Mundial e tribunais internacionais são algumas instituições que influenciam os Estados nacionais, conforme estes o permitam ou conforme grandes

nações que arbitram sobre suas decisões; mas não há um poder único e efetivo. Apesar disso, a união entre países poderosos em assuntos comuns é capaz de influenciar e tornar efetiva as decisões dos tribunais internacionais; o que é bom para combater alguns crimes de guerra de pequenos Estados, mas está longe de constituir o direito internacional universal.

2.1 Pessimismo

A ideia ao apresentar estas características negativas do século XX não é levar a exaustão ou recontar a história. O propósito é indicar que estas primeiras décadas deste século são a transição de um passado contraditório de expansão do sistema capitalista a nível mundial, que traz consigo incertezas sobre um futuro próximo com estabilidade e paz.

Esse prognóstico de “paz remota” para o século XXI é resultado de uma tendência de inversão dos conflitos. O século passado esteve marcado por grandes conflitos entre Estados, o atual está marcado pelo acirramento de conflitos internos, especialmente em Estados de soberania insustentável e apoiados na intervenção militar externa para preservação da coesão social.

2.2 Algumas Mudanças Estruturais

Já na segunda metade do século XX, a forma como vivemos vem mudando rapidamente; uma mudança radical de um passado de mais de aproximadamente 10 mil anos de interação com a natureza (HOBSBAWN,2006).

As transformações tecnológicas e produtivas são óbvias. “Basta pensar na velocidade da revolução das comunicações, que virtualmente aboliu o tempo e a distância. Em 2004, a internet mal completou dez anos” (HOBSBAWN,2006, p.37).

Algumas mudanças sociais são consideradas fundamentais para se interpretar este século em transição: a redução de populações rurais; b) aumento da população urbana em grandes conglomerados urbanos; c) fundamentação escrita e universal da

comunicação em detrimento da oral; d) novo papel das mulheres nas sociedades capitalistas que estão inseridas.

Diante dessas mudanças significativas, Eric Hobsbawm afirmou que

Dentro de poucas décadas, teremos deixado de ser o que a humanidade sempre foi desde seu surgimento – uma espécie cujos membros se dedicam sobretudo à coleta, à caça e à produção de alimentos. Deixaremos também de ser uma espécie essencialmente rural. Em 1900, apenas 16% da população mundial vivia em cidades. Em 1950, esse número já havia crescido para quase 26%, e hoje ele está próximo da metade (48 %)(HOBSBAWN,2006, p.37).

2.2.1 O papel do Estado

Uma outra mudança importante diz respeito à aceitação social de ampla atuação do Estado, que no século XXI parece diluir-se com a globalização de ordem liberal. Durante o século XX uma tendência geral (especialmente aplicável aos países da Europa Ocidental) foi a de consolidação de Estados soberanos cada vez mais fundamentados na aceitação dos cidadãos (não de súditos); com poder de coerção dentro de suas fronteiras. Até 1970 o Estado de Bem-Estar nos países centrais era viabilizado e aceito socialmente pela arrecadação tributária; nesse contexto as pessoas desses países estavam dispostas a matar ou morrer por suas “nações”. O que, segundo Hobsbawm mudou significativamente,

Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais (HOBSBAWN,2006, p.41).

Com essa tendência liberal – acompanhada de privatização de diversas atividades públicas – que se aprofundou cada vez mais até 1990, e com difusão de armas pelo mundo, a força já não é monopólio do Estado.

Mesmo Estados fortes e estáveis, como a Grã-Bretanha, a Espanha e a Índia, aprenderam a conviver por longos períodos com organizações de dissidentes armados efetivamente indestrutíveis e por vezes portadores de ameaças diretas ao próprio Estado (HOBSBAWN,2006, p.42).

Nessa mesma linha, uma outra tendência do século XXI é o deterioramento da submissão ou fidelidade dos súditos ou cidadãos ao Estado nacional ou à autoridade estrangeira intermediadora entre rebeldes e Estado. Essa foi uma característica (a fidelidade) que sustentou as guerras do século XX e as intervenções estrangeiras; hoje essa sustentação é posta em dúvida.

Poucos países do Ocidente ainda podem confiar, como a maior parte dos chamados “países desenvolvidos” antes podia fazê-lo, em uma população que era ordeira e imbuída do respeito à lei, exceto nos casos de criminosos e outros marginais que sempre existem nos desvãos da sociedade (HOBSBAWN,2006,p.42-43).

2.3 Instabilidade

Além desses efeitos, a globalização impulsionada pelos centros industrializados força uma tentativa de homogeneização institucional do mundo, o que tem gerado fortes contradições. Junto da globalização vem o crescimento econômico desequilibrado e assimétrico, acompanhado do esforço de formação de instituições padronizadas – sejam elas para a reprodução de um modelo de desenvolvimento econômico ou para a padronização do consumo para a formação de mercados –, mesmo quando se trata de aspectos não padronizáveis como a política e aspectos culturais próprios de cada sociedade (que por si só é heterogênea).

Além disso, a dinâmica da globalização capitalista gera instabilidades no poder/ordem do sistema internacional com fluxos de capital cada vez mais intensos. Tendo isso em conta, aparentemente existe uma mudança recente do centro dinâmico do sistema internacional (EUA) para a Ásia.

Não há dúvida de que o crescimento da economia mundial nos últimos dez anos foi puxado em grande medida pelos dinamos asiáticos e, acima de tudo, pela extraordinária taxa de crescimento da produção industrial da China – 30% em 2003, em comparação com 3% para o mundo como um todo e 0,5% para a América do Norte e Alemanha (HOBSBAWN,2006, p.44).

Esse, porém, não é um movimento dinâmico sem conflitos entre nações. Os EUA têm, em 2018, desatado diversos mecanismos de taxação e restrições aos produtos chineses na tentativa de proteger-se comercialmente e frear esse deslocamento do capital para a China, constituindo-se uma verdadeira guerra (comercial⁸).

2.3.1 Estabelecimento da Paz

Primeiramente, a globalização liberal dos mercados instigam insatisfações e conflitos sociais. A realidade concreta tem mostrado que nem mesmo a intervenção militar consegue conter eventuais instabilidades (Caso da Síria, do Rio de Janeiro tomado por facções criminosas, etc).

Em segundo lugar, inexistente multipolaridade internacional capaz de articular contenção de guerras. Isso num contexto onde os Estados fortes intervêm noutros fracos por razões legítimas ou não; e onde a noção de guerra e paz torna-se cada vez mais obscura (a guerra é de quem contra quem e por qual motivo?)

2.3.1.1 Hegemonia

Historicamente, os impérios preservaram a paz em seu território próprio. As promessas de crescimento econômico não transpuseram suas fronteiras e a democracia foi mantida em casa e cedida aos dominados quando o poder imperial se enfraquecia. Além disso, os impérios governavam indiretamente via elites locais

8. EXAME. **Aumenta a tensão entre EUA e China em guerra comercial.** 6 abr 2018, 16h06. In: <<https://exame.abril.com.br/economia/aumenta-a-tensao-entre-eua-e-china-em-guerra-comercial/>>. Acesso em: 26/05/2018.

(pactos). O controle pelas armas, frente as rebeliões, não mostrou-se suficiente ao longo da história para conter os dissidentes num longo prazo.

Trazendo esses elementos para se pensar a forma pela qual os EUA tratam de preservar o equilíbrio do sistema econômico internacional no século XX, podemos considerar alguns elementos efetivos : a) sua superioridade econômica em termos de acumulação de riqueza; b) consenso dos países do Norte em sua preferência em detrimento da URSS no século XX (exceto em lugares como a América Latina, onde em vez de consenso local houve aliança com as elites políticas e militares na contenção ao comunismo); c) atração cultural (american way of life); d) sua reputação de defensor da democracia e da liberdade.

No entanto, desde o atentado de onze de setembro de 2001, os EUA passaram a tomar medidas militares cada vez menos sustentadas pelo consenso internacional. E em meio ao acirramento da concorrência de influências econômicas e políticas no cenário internacional, o uso da força militar e econômica na coerção dos atores mundiais tem isolado os americanos nos canais diplomáticos⁹.

Nesse cenário, a política global dos americanos não tem se mostrado como uma tentativa de governar o mundo para o benefício mundial. A realidade é que os EUA governa globalmente para fortalecer seu Estado e economia internamente; esse posicionamento

[....] destila instabilidade, imprevisibilidade e agressão e terá consequências não desejadas e quase certamente desastrosas. Com efeito, o perigo de guerra mais óbvio que existe hoje deriva das ambições globais do governo incontrolável e aparentemente irracional que está em Washington (HOBSEBORN, 2006, p.53).

2.3.1.2 Os Impérios não fazem a paz, mas sobrevivem dela

Uma das principais características dos impérios britânicos (passado) e americano (presente) é a de terem domínio da economia industrial do mundo. No

9. G1. União Europeia reitera ao Irã seu apoio ao acordo nuclear antes de decisão de Trump.

In: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/uniao-europeia-reitera-ao-ira-seu-apoio-ao-acordo-nuclear-antes-de-decisao-de-trump.ghtml>>. 08/05/2018 11h36. Acesso em: 27/05/2018.

entanto, o império britânico se sustentava mais pelas relações comerciais que pela força permanente (ou intervenção política). Sabendo de suas limitações e das mudanças do século XX, os ingleses não insistiram na dominação política, mas fortaleceram suas relações comerciais com o mundo. Já os EUA, não fosse as grandes guerras e seu papel político/militar no exterior e sua consequente expansão econômica, não teria ganho/preservado o sistema internacional com vínculos meramente comerciais. E frente as mudanças no cenário internacional do século XXI, os EUA parecem não perceberem suas limitações políticas sobre o controle do mundo na garantia de seu desenvolvimento econômico nacional.

O século XXI está circunscrito em uma fase da história em que as ferramentas de dominação imperialistas tradicionais já não surtem os mesmos efeitos de controle localizado e de grandes extensões territoriais. Antes existia a possibilidade do controle direto por uma única grande nação sobre outras, hoje isso já se mostra insuficiente frente a polaridade de nações militarmente poderosas. Além do mais, os povos alvos de dominação imperial já não reverenciam a antiga hierarquia de dominação (estivessem acostumados a um soberano nacional ou não).

2.4.Outras visões sobre a instabilidade mundial

Samir Amin (2011)¹⁰ e Prem Shankar Jha (2006)¹¹ trazem outros elementos para analisar o século XXI e sua instabilidade sobre a vida social, que vão além da interpretação vista acima do papel dos Estados Imperialista. São argumentos extraídos de duas obras que possuem estruturação teórica diferente, mas que visam destacar a instabilidade capitalista neste começo de século; são obras que possuem boas ferramentas explicativas para se entender em algum grau as crises internacionais do sistema capitalista. E como se tratam de explicações aos mesmos fenômenos, repetiremos datas e eventos.

10 Samir Amin. **Ending the Crisis of Capitalism or Ending Capitalism?** Translated by Victoria Bawtree. Pambazuka Press: Dakar, 2011.

11 Prem Shankar Jha. **The Twilight of the Nation State Globalisation, Chaos and War** . Pluto Press: London , 2006.

Samir Amin (2011), enquadra as crises globais do capitalismo como um movimento sistêmico de crises que tem seu início em 1873 – a primeira grande crise do capitalismo. Foi o declínio do triunfante século dezenove, uma crise de superprodução onde o capital se concentrou e se expandiu globalmente, os lucros foram garantidos por intensa exploração do trabalho humano e os domínios coloniais foram reforçados. Essa foi uma reestruturação pós-crise que permitiu elevação dos lucros do grande capital; também conduziu a uma “belle epoque” (1890-1914), que teve por pano de fundo a expansão internacional do capital financeiro monopolizado, acompanhada da dominação colonizadora e sua missão civilizatória, ao mesmo tempo que se concebia a “globalização” como sinônimo de paz e progresso.

No entanto, todo esse entusiasmo se deprimiu com o advento das Grandes Guerras do século XX – como visto anteriormente. Nesse período houve uma reestruturação do mercado financeiro monopolizado (agora orientado principalmente pelos EUA) que reconstruiu os países beligerantes (e financiou o desenvolvimento econômico aos moldes estadunidense); o mesmo processo que conduziu à crise de 1929:

In 1920, after the Russian Revolution (the weak link in the system) had been isolated following the defeat of the hopes of revolution in central Europe, the capital of the financialised monopolies restored, against all the odds, the system of the belle epoque; a restoration, denounced by Keynes at the time, which was at the origin of the financial collapse of 1929 and the Great Depression to which it led and which lasted until the beginning of the Second World War. The long 20th century – 1873 (AMIM, 2011, p.4).

Uma segunda crise sistêmica se deu em 1971, com o abandono do padrão dólar-ouro. As taxas de lucro, nível de investimentos e taxas de crescimento todas colapsaram e nunca mais voltaram ao mesmo patamar elevado. A resposta econômica, a nível mundial, foi uma nova onda de concentração e globalização do capital. Segundo Samir Amin (2011), foi uma nova “belle epoque” (1990-2008); período de globalização financiada pelo dólar, garantindo a rentabilidade de grandes oligopólios. O discurso que acompanhou esse processo foi de que os mercados

garantiriam a prosperidade, democracia e paz. Assim como a primeira globalização financiada conduziu à crise de 1929, a de 1971 conduziu à crise de 2008 (embora tenham significados políticos diferentes), um período de instabilidade militar, socioeconômica, política, etc.

Prem Shankar Jha (2006) trás importantes considerações sobre o que Amin indica como Belle époque. Jha aponta que a utopia é importante pelo fato de ser o horizonte que direciona as ações humanas: chegar a um estado de prosperidade contínua, com paz e harmonia; o estado estacionário do crescimento (economia liberal) e a sociedade comunista de Marx são exemplos de utopias - perspectivas que depois da primeira Revolução Industrial se aproximaram mais da realidade devido à capacidade humana expandida de produzir riquezas. Dessa forma, O século XX aumentou a busca utópica por paz e prosperidade perpétuos, no século XXI.

O século XX foi caracterizado pelo desenvolvimento de técnicas de assassinar e abater seres humanos na escala dos milhões. Essa potencialidade se deu com o avanço da tecnologia de produção em massa, voltada para a produção de guerra e a aplicação dessa técnica para tirar vidas,

[...] between 1900 and the early 1990 s, 187 million people had been killed, or allowed to die, by human decision. This was a tenth of the world's population at the beginning of the century (SHANKAR JHA, 2006,p.2).

Disso surge a pergunta: o século XXI será um pouco melhor que os cem anos de barbárie do século XX? A resposta parece ser negativa. Este século está marcado por conflitos noutra escala, em grande parte, patrocinados pela intervenção internacional – justificada pela luta contra o terror - em países fracos. Apesar desse prognóstico negativo, permanece a ideia de que são problemas transitórios e que o futuro será muito melhor. Essa crença foi e é alimentada, principalmente, pelos governos e pensadores dos países industrializados, acompanhados pela atuação internacional de diversas corporações multinacionais importantes para a economia desses países.

Tese constitute an emerging international dominant class that is spreading its ideology and shaping the minds of the rest of the world with the help of the media. According to its catechism the debilitating Cold War is behind us, and the twenty-first century is likely to see humanity banish hunger and poverty and control all but a very few diseases. We can even dare to hope that it will, somehow, banish war (SHANKAR JHA, 2006, p.3).

A base concreta dessa ideologia são o desenvolvimento revolucionário das tecnologias e o aparente fim do conflito de ideias da Guerra Fria. Esse avanço tecnológico se dá principalmente nas tecnologias da informação e biotecnológicas. São movimentos que ampliam a capacidade humana de controle sobre o ambiente físico e a noção de globalização do espaço e do poder.

No entanto, essas ideias são contrastadas pelo crescimento da desigualdade de renda dentro dos países – inclusive os industrializados/desenvolvidos -, desigualdade crescente entre países e com poucos países em vias de desenvolvimento. Condições que tem conduzido ao reaparecimento de desemprego permanente nos países industrializados e de uma classe de “novos pobres”, o que põe em cheque a ideia de se ter construído sociedades humanizadas e igualitárias no Pós-guerra.

Não obstante, esses seriam apenas problemas transitórios, a serem superados pela receita clássica da economia liberal, que formará uma estrutura autoajustável e, como essa estrutura se autorregula, não seria necessária a intervenção humana por meio do Estado, este apenas deveria agir para remover obstáculos à eficiência do mercado e corrigir suas falhas ocasionais.

The market encourages, indeed thrives upon, competition. Competition maximises efficiency. Efficiency maximises output. Output maximises well-being. Competition in the labour market more or less ensures that people earn according to their capability. As a result, a market economy is not only efficient but just.

Mankind has thus entered the twenty-first century with not only the scientific power to eradicate its woes but a readymade mechanism that will enable it to do so (SHANKAR JHA, 2006, p.4).

Montesquieu, Samuel Huntington, Karl Polanyi, Francis Fukuyama, entre outros, são alguns dos autores que atribuíram a correlação positiva entre mercado mundial de mercadorias (incluindo o dinheiro) do século XIX, das ondas de democratização entre os séculos XIX-XX, do fim de antagonismo ideológico (com a prevalência da democracia liberal sobre o comunismo) e a paz militar e prosperidade. Eles se basearam nas ideias de que:

a) numa economia internacional integrada todos perdem com a guerra então, havendo esse reconhecimento geral, ninguém entrará em guerra (como se fosse ganhar com isso); **b)** os países mais ricos são aqueles que se democratizam; **c)** com o fim do antagonismo do pós-guerra já não teriam guerras motivadas por ideias conflitantes - “o fim da história”. No entanto, são premissas que perderam sua força com o advento das grandes guerras do século XX e a instabilidade econômica e militar do início do século XXI; assim como das contradições acima mencionadas.

Apesar disso, o pensamento predominante desde a década de 1990 teve grande influência das ideias formuladas por Fukuyama e Huntington; foram alguns elementos teóricos que deram forças do pensamento liberal do pós-guerra. As premissas básicas são

[...] that democracies will never wage war on one another. The second is that as more and more countries become democratic, the areas of the world prone to conflict will diminish; and the third is that economic development automatically leads countries towards democracy. The final premise is that open market (i.e., capitalist) economies are the only ones likely to progressively raise their standards of living (SHANKAR JHA, 2006, p.9).

Dessa forma, espera-se que as políticas econômicas de abertura dos mercados promova o crescimento, a democracia e paz. Esse pensamento tem prevalecido a

despeito de uma pesquisa importante de Edward Mansfield e Jack Snyder que constatou, segundo dados estatísticos das guerras entre 1811-1980, que

[...] democratisation tended to release powerful forces of nationalism and these increased the chances of conflict. The Napoleonic wars, the Franco-German war and the First World War itself could be traced to the rise of nationalist sentiment following democratisation in France and Germany. The same, or at least similar, forces could be released by democratisation today (SHANKAR JHA, 2006, p.9).

Essa visão contra hegemônica resultante dessa análise considera que apesar do fato de democracias estáveis não terem ido a guerra uma contra outra “diretamente”, nenhuma delas possuem regimes estáveis. Além disso, países democráticos foram mais propensos a irem à guerra em uma década de sua transição do que aqueles que não fizeram tal mudança. Ao dar liberdade ao poder executivo, dobram-se as chances de guerras (90%) em comparação a poderes executivos mais fracos (35% de chances de irem a guerra). E quanto mais longa a transição autocrática para democrática, maior a chance de guerra.

O fim da Guerra Fria, com o triunfo do capitalismo liberal, sobre o comunismo não conduziu a uma redução de guerras e conflitos pelo mundo como se previa, mas aparentemente o oposto.

Early in 1993, the *New York Times* published a list of countries in the throes of violent conflict. They numbered 48, and that was just a partial count! Three years later, by another count the number had risen to more than a hundred (SHANKAR JHA, 2006, p.10)

Um dos indicadores do aumento dos conflitos é o número de missões da ONU entre 1990-1992, que foram 14. Este é aproximadamente o mesmo número de missões na transição deste século.

Frente a essas inconsistências, o mainstream busca responder a esse problema com a ideia de que os conflitos internacionais remassem por conta da retaguarda da humanidade que não acompanha a vanguarda do mundo (o ocidente). Estas retaguardas representam uma ameaça para os valores ocidentais, o que justifica intervenções da vanguarda nesses países ou regiões que representam o atraso (Turquia, Iraque, Iran, Afeganistão, Sul asiático e África).

All such interventions are morally justified because no matter what pain they may inflict in the short run, and no matter how uncertain or unexpected their immediate outcome, they ultimately force the 'provinces' to catch up with the 'vanguard of humanity'. In short they force the former to be free (SHANKAR JHA, 2006, p.11).

O que SHANKAR JHA trata de evidenciar é o contraste entre o discurso libertador do mundo unipolar do pós-guerra fria e a realidade concreta que contradiz as premissas pacificadoras da liberdade dos mercados no sistema global. Samuel Huntington, em seu artigo "The Clash of Civilisations" contrapôs-se ao mainstream acadêmico do pós-guerra ao contrastar a ideia de homogenização internacional do efeito globalizador. Os pontos de destaque de seu artigo são as seguintes evidências: 1) a presença de multinacionais (McDonald, Avis, Hertz, Coca-Cola, Pepsi Cola, etc) em todos os países não significa ocidentalização; 2) a identidade cultural de civilização, que é heterogênea, não desapareceram facilmente, apenas se reforçam ao serem agredidas; 3) os Estados Nacionais não estão desaparecendo, mas sim se reafirmando à medida que sua identidade de civilização é agredida ou ameaçada; 4) os Estados reacionários não são transitórios, mas são permanentes contra a homogenização cultural, imbuídos de visões alternativas de humanidade que não são simplesmente abandonadas; 5) os conflitos étnicos interestatais também mostram-se não ser fenômenos transitórios, borrados pela supressão ou acomodação frente a força homogenizadora da modernização; 6) as guerras e conflitos intraestatais não necessariamente reduzirão em frequência ou duração ao longo do tempo, ou

amenizar-se-ão com maior controle do sistema internacional – não há nada que garanta tal previsibilidade.

On the contrary, given a sufficient degree of pressure from western civilisation on others, what started out as a local conflict could snowball into a larger one between groups of culturally similar states (SHANKAR JHA, 2006 p.13).

Mas então, qual é a base concreta desses conflitos que variam de proporção de tempos em tempos, ora trazendo esperança ora desesperança de tempos melhores? SHANKAR JHA (2006, p.18-19) destaca que o conflito entre as esferas de capitalismo global e nacional é a fonte da desordem que HOBBSBAWN chamou de décadas de crise. A recorrência regular de crises está presente no princípio de cada ciclo de expansão do capitalismo conduziu Giovanni Arrighi a chamar esse conflito de caos sistemático. Este caos surge quando um sistema política ou econômico inesperadamente perde sua capacidade de gerar respostas equilibradoras. Isso acontece quando os conflitos atingem um nível além da capacidade social de criar tendências contrabalanceadores ou de se adaptar ao desenvolver novas normas comportamentais e estabelecer leis no lugar das antigas. Em ambos os casos, o caos tem sido acompanhado por perda de funcionalidade institucional, confusão, ódio e prolongados períodos de violência. Em cada ciclo que se seguiu, as contradições entre o novo e o velho se tornou mais evidentes e intensas. Com o crescimento expansivo do capitalismo, sociedades por todo o globo estão ligadas por vínculos de interdependência, o que ampliou a vulnerabilidade a processos não muito bem compreendidos e incontroláveis. Nesse sentido, a violência mostra-se como sintoma e produto da perda de controle. Dentro dessa linha de pensamento, o ciclos bem conhecidos foram quatro, sendo o século XXI parte dum quinto ciclo ainda muito novo.

O primeiro ciclo de expansão ocorreu no norte da Itália no século XIII. Veneza, Florença e Milão experimentaram o capitalismo industrial e Genova o financeiro, no entanto a escala de produção era pequena e contida às cidades-estado. Ainda no

segundo ciclo, a expansão capitalista esteve contida na esfera cidade-estado, porém manteve como polo dinâmico Amsterdam. Mas, a transição para o terceiro ciclo foi além cidades-estado

[...] it was too large to be contained within even a hybrid, nation-backed city state like Amsterdam, and needed to mould economic, technical and political relations in an entire nation state to turn it into its container. That ‘container’ proved to be England. But by the end of the nineteenth century, capitalism was outgrowing even the small nation state (which is what England really was) and required a large nation state as its container. The USA filled that need. Today, capitalism has out-grown the nation state altogether and is turning a large part of the globe into its container. That is the process that the world refers to as globalisation (SHANKAR JHA, 2006 p.17).

O conceito de “container” do capitalismo desenvolvido por Braudel refere-se a uma unidade social, econômica e política que é grande o bastante para organizar e conter as funções de produção, mercado e financeira - inter-relacionadas - do capitalismo. Embora os elos que definem essa unidade são de ordem econômica, a necessidade de preservação operacional dessa unidade transborda para as esferas política e militar. E como essa unidade se expande?

Technology is the engine behind the relentless growth of capitalism’s container over the past seven centuries, for each new development in technology enlarges the minimum economic scale of production.⁴¹ This means that the minimum size of an *efficient* self-sustaining network of economic relations, i.e., of an efficient ‘economy’, has also grown in each cycle of capitalism’s expansion, till it has, in the past quarter of a century, outgrown the political confines of even a very large nation state like the US (SHANKAR JHA, 2006, p.16-17).

Nessa dinâmica expansiva da escala de produção, os conflitos emergem. Assim, podemos interpretar que os atuais conflitos do século XXI se dão em torno da necessidade de mudanças institucionais e de atuação do Estado, devido às barreiras que estes geram ao processo de expansão ou globalização do sistema financeiro, produtivo e comercial em constante transformação. A tarefa de derrubar velhas

instituições políticas e econômicas para a construção de novas recaiu nos ciclos anteriores sobre ombros do poder internacional hegemônico. No primeiro ciclo de crescimento do capitalismo o poder era a Espanha, em parceria com nação bancária genovesa. No segundo foi Amsterdam apoiada pela “house of Orange”. Na terceira fase foram os britânicos e na quarta os EUA. No quinto ciclo segue os EUA; mas nessa fase paira no ar a dúvida se este conseguirá exercer sua hegemonia sem o apoio das outras principais potências industriais (por meio da OTAN e ONU).

Nessa lógica, o século XX é considerado excepcionalmente violento por conta da desordem que estalou duas vezes (e refletiu-se nas Grandes Guerras e na crise financeira de 1929). Primeiro com a tomada hegemônica dos EUA do lugar dos ingleses na expansão final do capitalismo estruturado sobre o Estado-nação. A segunda foi a gerada pela ruptura do confinamento capitalista no estado-nação por meio da globalização das funções capitalistas. “ Looking back, it is apparent that for the greater part of the twentieth century, mankind was not in control of its destiny. In only 40 of its years, roughly from 1900 to 1913 and from 1946 to 1973, did the world know comparative peace, stability *and a measure of tranquillity*” (SHANKAR JHA, 2006, p.20).

Aplicando essa lógica ao século XXI pode entender um pouco melhor sua atual instabilidade. Neste quinto ciclo do capitalismo, fruto dum processo que começa em 1970, as mudanças tecnológicas acumuladas nas décadas anteriores começaram a tornar obsoleta as instituições vigentes. O resultado são confusão e desordem,

[....] the existing division of labour in the world between industrialised and developing countries, in which the former produced manufactured products while the latter provided the raw materials, was turned on its head and timehonoured remedies for problems like recession and unemployment suddenly ceased to work. The disorder manifested itself first in the domestic economies of the highly industrialised (i.e., mature capitalist) nations. In short order it spread to the international economic system and, after the end of the Cold War, to the international political system. In the rise of global terrorism, the American response to it after the terrorist attacks of 11 September 2001, and the purposeless invasion of Iraq, we see that systemic chaos at a dangerously advanced stage (SHANKAR JHA, 2006, p.20).

3. Pensando a América do Sul

3.1. Ocupação do Território Latino Americano e a “Esquematização levada ao extremo” de Celso Furtado¹²

A ocupação do território latino-americano se deu pelos reinados Espanhol e Português, os quais tiveram diferente sorte. Em consequência do que encontraram nas terras, dinâmicas econômicas distintas se dão nas duas colônias.

Na América espanhola os conquistadores se depararam com comunidades bem organizadas hierarquicamente e economicamente, inclusive já tinham cultura mineira. Isso resultou numa dominação política vertical sobre os originários, algo que culminou na criação de posteriores vice-reinados com cidades organizadas para o controle por parte dos “empresários” que vieram em nome da coroa, que tinham por missão enriquecer-se e dominar a terra/população para a coroa, de maneira que todos colaborassem no pagamento de impostos e entrega dos excedentes da terra. Além disso, a cultura mineira dos povos originários facilitou o acesso aos metais preciosos tão almejados na época do metalismo, acarretando uma dominação mais ampla por parte da coroa, isso graças aos súditos empreendedores enviados sobre as novas terras, que empregaram compulsoriamente a população preexistente (que passou a decrescer por conta dos maus tratos sofridos e doenças européias) num processo de extração dos recursos da terra.

Já na América portuguesa a dominação foi diferente. Os habitantes encontrados não tinham uma estrutura social bem desenvolvida e nem tinham uma cultura mineira. Logo, restou aos portugueses garantirem o domínio e algum proveito de suas novas terras por meio da extração de madeira e cana-de-açúcar numa organização territorial conhecida como “sesmarias”, que eram longas faixas de terras ao longo do território, em que a mão de obra escrava africana foi empregada no litoral cultivador

12. Celso Furtado. **Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems**. Cambridge University Press: NEW YORK, 1979. Celso Furtado. **Formação Econômica do Brasil**. 32 Ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2005.

de cana e algumas comunidades indígenas foram empregadas no interior, mas não tão significativamente quanto o trabalho africano.

Essas duas condições iniciais resultaram em dinâmicas econômicas diferentes. No caso espanhol, os centros de extração mineral volveram-se em polos econômicos (de exportação), abastecidos por redes de produção de alimentos e animais de transporte (comércio interno) de localidades conhecidas hoje como norte argentino, Chile, etc; o território integrou-se internamente em algum grau, devido à dependência econômica recíproca dos polos de mineração em relação aos pontos que compunham sua rede de abastecimento. Já no caso português, seus pontos de produção açucareira ao longo do litoral tinham ligações comerciais diretas com Portugal (exportação), embora fossem abastecidos com carne bovina por pequenas propriedades dispersas pelo interior. Tem-se neste caso um território desintegrado internamente e pouco povoado em contraste com a conquista espanhola, que atraiu muitos aventureiros em nome da coroa e criou algumas redes de comércio interno.

Mas parece ter havido um ponto de inflexão nas duas histórias. Com o esvaziamento das primeiras fontes de minério encontrado pelos espanhóis, os polos econômicos retraíram-se de tal forma que as poucas redes de comércio interno se desfazem num processo que levou os abastecedores dos polos a se voltarem para a produção local e organizarem-se politicamente em torno da grande propriedade de personagens pouco ligados com a metrópole, tal processo levou à desintegração dos vice-reinadas. Já do lado português, apesar da crise do monopólio da cana, no começo do séc XVIII foram encontradas as primeiras minas de ouro na região hoje conhecida como Minas Gerais, trazendo mais portugueses para ocuparam significativamente sua colônia; daí surge um polo econômico capaz de integrar-se a centros abastecedores de insumos (localizados ao longo do rio São Francisco, ao Sul do País, no interior, etc) para os centros mineradores. Vemos aí uma inversão nas duas dinâmicas coloniais, uma que vinha se expandindo e se definha, e uma pouco dinâmica que definha para então expandir-se no processo de mineração e ocupação efetiva.

3.1.1 Potencialização da Emancipação

Antes de entrar nos fenômenos que podem ser considerados centrais, vale ressaltar que a colônia ao longo de sua história adquiriu corpo e vida próprios, algo já inconsistente com a condição de colônia regida por um centro que pouco sabia de como era a realidade social de suas colônias, eram apenas entrepostos onerosos. Tendo isso em conta, os pontos que serão mencionados farão mais sentido, uma vez que foram vetores históricos que deram maior força a libertação política da realidade latina americana.

Os primeiros eventos importantes foram as Guerras Napoleônicas. Com a invasão francesa sobre a península ibérica, o rei espanhol foi encarcerado e o português estabeleceu residência na colônia. No primeiro caso, os crioulos (daqueles vice-reinados desintegrados) viram a oportunidade de declarar sua fidelidade em troca de maior autonomia. Os senhores das terras queriam ter maior controle político e econômico sobre suas decisões locais sem se submeter arbitrariamente à Coroa. Já no lado português toma força o Brasil Império, o que levou a uma presença mais atuante e conciliadora num primeiro momento, pois ao verem-se (os súditos) pouco favorecidos com os altos impostos cobrados para manter os luxos do imperador e sua cidade em detrimento de suas localidades, várias revoltas separatistas estouraram violentamente, sendo igualmente reprimidas pelo exército do imperador.

Adiantando a história do lado português. Para não perder Portugal, Don Pedro deixa o Brasil aos cuidados de seu neto, que vai sofrer, já idoso, o golpe e a proclamação da pública por parte das elites rurais e urbanas em escanção, apoiadas assim pelo exército, insatisfeitos com a má conjuntura social-econômica, influída por ares liberais. Aí rompe-se a dependência política para com Portugal e forma-se outra com o centro industrial inglês.

Antes mesmo deste ponto explosivo, houve outros que cultivaram o mal estar para com os dominadores ibéricos. As elites locais já estavam desgostosas com as reformas Borbônica e a Pombalina. Foram reformas que visavam enriquecer às

coroas Espanhola e Portuguesa numa fase de crises. Foram medidas de taxaço de impostos, forte controle comercial e sobre a mineraço.

Não obstante, o desagrado gerado pode também ser muito bem entendido ao se vislumbrar o cenário internacional. A Independência das treze colônias, a revolução negra no Haiti e a Revolução Francesa (fortemente embasada no iluminismo), junto da revolução industrial, que levou à expansão dos interesses e ideais liberais ingleses; são elementos que deram efervescência aos espíritos atados à colonização monárquica, considerado cada vez mais ultrapassado e repulsivo à medida que restringia os interesses de uma elite cada vez mais autônoma e urbanizada, ligada ao comércio exterior orientado hegemonicamente pelos ingleses.

3.2 A situação política pós-1850 e os tipos de economia exportadoras

Os países latino-americanos vinham passando, até 1850, por seu processo de independência em relação aos ibéricos. Quando sai o poder monárquico do centro de integração local, em meio a muitos conflitos, estabelecem-se ao longo do tempo novos poderes locais, formados por alianças entre as elites rurais e urbanas (conservadores e liberais), sendo este o elo entre o campo e o comércio externo ligado à Europa ocidental, especialmente com os Ingleses, que já vinham fíncando suas raízes por meio do comércio de produtos manufaturados em troca de produtos primários. Esse processo de integração com a Europa ocidental repercutiu no desenvolvimento de uma nova estrutura de poder local.

Essa integração à Europa ocidental é reconhecida como resultado da globalização que constituiu um novo pacto colonial (pautado pela divisão internacional do trabalho). Os ingleses dominaram o atlântico e fizeram suas próprias colônias, para onde mandavam seus produtos industriais em troca de uma submissão implícita (ou explícita?) do mercado interno de seus parceiros comerciais, assim como na determinação do que deveriam produzir (aquilo que faziam de melhor, produtos primários in natura). Isso influenciou na expansão do Capital mundial sobre a América Latina, no crescimento econômico regional e populacional e urbano, na

especialização produtiva e até mesmo na expansão de manufaturas para o mercado interno – artesanato. Ou seja, a estrutura social latino-americana foi se complexificando em detrimento de instituições tradicionais, embora submetida de certa forma a um novo pacto colonial.

Celso Furtado caracteriza a inserção dos países latino-americanos no sistema internacional, orientado pelos ingleses, segundo suas respectivas posições geográficas e segundo o que exportavam. Os países em zonas temperadas, como Argentina e Chile, teriam se especializado em exportar produtos que concorriam com o mercado interno de países avançados – Europa –, o que influenciou num maior desenvolvimento tecnológico produtivo deles por conta de maior fluxo de capitais em seus territórios; os países tropicais teriam se especializado em produtos como frutas, café, tabaco, etc, produtos menos complexos tecnologicamente; por fim os países mineradores, como Bolívia, Peru e México, os quais especializaram-se num setor de alto nível tecnológico, porém que não gera renda direta para a população local por sua condição de enclave.

3.3. Salto para o Século XX

Esta seção se baseia em alguns dos debates feitos numa disciplina chamada “História do Pensamento Econômico e Social Latino-americano”. O conteúdo textual que compõe esta parte foram respostas dadas em avaliações da disciplina e não foi organizado numa linha lógica e coerente. O conteúdo reflete respostas a importantes acontecimentos do século XX que trouxeram sérias reflexões sobre os problemas da região Latino-americana. Estas reflexões trazem à tona antigos preconceitos sobre raça e falta de compreensão dos reais problemas que distanciam a realidade concreta das ambições desenvolvimentistas utópicas. Essas respostas serão apresentadas em subseções que não necessariamente seguirão ligação textual, mas perpassam importantes acontecimentos apresentados cronologicamente, que podem dar alguma luz para se entender o século XXI na América do Sul.

3.3.1 Recorrido pela história do pensamento econômico e social latino-americano: algumas questões

Os elementos principais do método adotado na disciplina, para percorrer a história do pensamento econômico e social latino-americano, consistem de uma análise sobre a história, da forma de pensar, da economia e da sociedade.

A história tem um sujeito, os seres humanos, atores e registradores/relatores de tal história. Como a história é registrada por humanos, ela tem a ver com interesses especiais de quem a faz, dessa forma a história tem caráter normativo, uma vez que ninguém é livre de valores, os quais repercutem na forma de se ver o mundo.

Com a expansão capitalista, a história tornou-se universal. Acreditou-se que essa história poderia ser contada assim como aconteceu, mas como já apontado, por ela ser concebida por seres carregado de valores abstratos, torna-se, portanto, divergente e contraditória.

Além do mais, o próprio contexto histórico molda a forma de pensar das pessoas e as pessoas fazem a história segundo seus pensamentos e ações. Dentre as linhas teóricas que interpretam a realidade, pode-se relacionar como a história do momento do pensar forma o próprio pensamento e a história contada por este pensar.

Sem entender o contexto social (este sendo parte dum contexto histórico) não se entende nem a história e nem a forma de pensar. “Todo ser é social”. Além do que, dentro de suas sociedades, as pessoas produzem seus meios de subsistência, o econômico. Destarte, o estudo de como a sociedade se organiza para produzir seus meios de subsistência torna-se mais acurado a medida que entende o contexto histórico que molda o pensamento e a forma de agir das pessoas. Estes são elementos que constituem um dos métodos de análise de um pensamento expressado.

Esse olhar, feito de maneira crítica, gera uma perspectiva sobre o passado que rompe paradigmas preconceituosos, fundamentados em ideais inquestionáveis, que ao serem destrinchados historicamente, geram um olhar mais amplo sobre a atualidade, permitindo assim intervenções no presente e seu direcionamento de forma a não se repetir os erros do passado.

3.3.1.1 Alguns dos principais acontecimentos e transformações que ocorreram na economia mundial ao final do século XIX e início do século XX, como parte do contexto que gerou, já nos anos 1920, algumas das grandes hipóteses sobre a América Latina

Esses eventos já foram vistos parcialmente na seção anterior. Mas vamos mencioná-los novamente e adicionar outros. Alguns dos principais ocorridos na economia mundial entre os séc XIX- XX foram:

Revoluções Industriais que transformaram o habitat humano e sua forma de produzir e se transportar, o que dinamizou o processo de urbanização pelo mundo e grandes massas humanas aglomeradas em favelas; caráter do trabalho também se alterou, tornando-se algo padronizado e mais dinâmico; surgem os sindicatos em defesa de melhores condições de trabalho dos mais pobres materialmente; a concentração e expansão dos mercados a nível internacional, gerando altos conflitos comerciais e militares; com essa expansão, a escravidão deixa de ser vantajosa para o mercado de consumo, fato que conduziu abolição da escravidão ao redor do mundo propulsionado pela nação hegemônica do final do séc. XIX.

Outros acontecimentos foram:

a) Imperialismo (corrida por mercados): os países pioneiros na industrialização produziam mais a um menor preço conduzindo-os a uma expansão cada vez mais rápida do mercado de produtos e serviços aos rincões mais escondidos do mundo; a Grã-Bretanha saiu a frente na corrida por busca de novos mercados e fontes de matéria-prima por seu pioneirismo industrial; Alemanha, França, Holanda e outros entraram nessa corrida, o fruto disso foi uma competição carniceira que resultou em sérios conflitos econômicos e militares bem conhecidos; ampliaram-se os mercados países por meio de conquistas territoriais, monopólios, e a partilha do mundo (neocolonialismo); surgimento de economias nacionais rivais; cultura de dominação europeia às selvagens.

b) Primeira crise de superprodução (1873 1896): aquela corrida conduziu à primeira crise de superprodução internacional, causada pela lógica de produzir mais ao menor preço.

c) Ascensão da industrialização Americana: houve expansão produtiva dos EUA de maneira significativa já na década de 1870; já em 1914 os EUA se destacavam por elevado desenvolvimento industrial e um forte mercado interno;

d) 1914 e a 1º G.G.: fruto de rivalidades históricas e econômicas que surgiram na corrida imperialista, esse conflito teve um forte impacto sobre a economia global por causa da desestabilização do mercado internacional, ocasionado pelo desmantelamento da marinha britânica realocada e destruída nos esforços de guerra.

e) Revolução Russa (1917): com a destruição da Europa ocidental o ideal socialista aparece como alternativa econômica ao liberalismo econômico causador de tanta desgraça; nesse contexto o cenário internacional apresenta um grande polo de poder político, econômico e militar, os EUA tomam o lugar como maior potência econômica e travam uma guerra ideológica para conquistar o mundo.

f) A Grande depressão 1929: outra crise de superprodução causada por problemas internos dos EUA e uma aparente recuperação da Europa ocidental, que caiu por terra com o advento da 2º G.G; a única nação que não sofre o impacto de maneira tão forte foi a URSS, fechada em sua cortina de ferro.

É nesse contexto conturbado que se encontra a América Latina quando surgem as primeiras hipóteses que tratam de explicar a organização social e econômica dessa região, localizada à margem da história de expansão e maturidade do capitalismo.

3.3.1.2 A crítica de Ramiro Guerra em relação à explicação racista da escravidão e explicação alternativa formulada pelo autor

Ramiro Guerra¹³ (1927) trata de explicar a relação da escravidão, latifúndio e dependência econômicas observadas na América Central. Foram fenômenos explicados por alguns como fenômeno decorrente do clima tropical inóspito para os brancos.

Ele mostra que houve uma expulsão dos pequenos produtores agrícolas das Antilhas por conta do surgimento de grandes latifúndios voltados para a exportação,

13. GUERRA, Ramiro. **Latifundio, esclavitud y dependencia económica.** em Ruy Mauro Marini e Mária Millán (org.). *Teoría social latinoamericana.* Tomo I, UNAM: México, 1994, (p.15-45).

os quais esmagaram os pequenos produtores que se viram forçados a emigrar. Mas quem trabalhava nas plantações?

Os negros. O mercado de escravos negros era muito lucrativo. O branco que perdeu sua terra não era tão útil, por ser caro seu salário. O escravo negro passou a ser empregado nas plantações, por tanto, por representarem pequenos gastos (ou nenhum). Isso segundo Ramiro é o que explica a grande população de negros nas Antilhas e não o clima tropical. Com a abolição, a condição do negro piorou. Com um salário simbólico, os negros se viram mais presos à servidão. Isso foi, na verdade, mais uma vitória para os latifúndios.

Outra fonte de mão de obra barata foram os imigrantes europeus. Estes vinham com fim de servir de mão de obra barata. Esses empregados, muitas vezes sequestrados ou atados a uma dívida contraída pela viagem e estadia quase impagáveis, tinham que se submeter à vontade do patrão.

Esse movimento de produção latifundiária para exportação, implicou em problemas da estrutura social e econômica. As pessoas que perderam suas terras (colonizadores), os negros e os imigrantes formaram uma grande massa popular em condições de vida deploráveis, disponível para ser empregada em péssimas condições de subsistência. Além disso, a economia regional se consolidou com suas bases malformadas, pois a economia voltada para a exportação gerou uma posição de dependência no sistema internacional, impedindo assim o desenvolvimento interno de regiões como Cuba, por exemplo.

3.3.1.3 Em seu ensaio sobre “El problema del índio”, José Carlos Mariátegui critica algumas abordagens sobre o tema e aponta para uma nova formulação sobre a questão

Para o autor¹⁴, “o problema do índio” andino não se resolveria pela discussão de temas abstraídos da realidade: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional e eclesiástico. A solução ao problema seria uma reforma agrária, capaz de mudar a

14. MARIÁTEGUI, José Carlos. **Evolución histórica del Peru, El problema del indio**. em Ruy Mauro Marini e Márgara Millán (org.). *Teoría social latinoamericana*. Tomo I, UNAM: México, 1994

produção “gamonal”, responsável pela sujeição social/econômica do índio à exploração e auto-deploração.

Mariátegui diz que a solução não é a administração pública da economia. Segundo ele, a teoria administrativa espanhola sobre a colônia de nada atemorizava os fazendeiros latifundiários, pois estes sabiam que na prática nada aconteceria, seriam apenas advertências dadas ao acaso. Por conta de sua esfera teórica longe da realidade colonial, portanto, a administração e punições mais rígidas ao uso do trabalho escravo não mudaria a realidade do índio.

Nem mesmo reformas jurídicas resolveriam as assimetrias sociais, por conta de sua origem liberal. O fazendeiro (o indivíduo) já tinha seu direito legal sobre as terras expropriadas dos índios. Portanto, uma reforma que não modificasse o direito sobre a terra de nada serviria ao problema.

Além do mais, nem mesmo a moral efetuaria câmbios reais. Esperar que o opressor reconheça os “direitos do homem” em relação aos índios, para então respeitá-los, ou esperar que o índio reivindique seus direitos não parece ser muito realístico.

Já a questão étnica. A exploração do índio não é intrínseca a seu sangue. Dessa forma, diluir seu sangue com a mestiçagem nada mais faria que mudar seus aspectos físicos mas não sua condição econômica.

Educação. Numa conjuntura feudal, a educação não existe, por conta de sua inconveniência. A ignorância dos servos é indispensável para o sistema. Destarte, o trabalho pedagógico voltado contra o sistema de dominação é possível, sendo assim inaplicável ao contexto do índio.

Por fim, Mariátegui explica o porquê de a religião não ter influência direta na base do problema de exploração escrava. O papel que a igreja exercia era o de um proselitismo intercessor entre o fazendeiro e os a ele sujeitos, exercendo, assim um papel que em nada alterava as relações de produção, apenas as conservava pela intermediação de conflitos.

Portanto, nenhuma dessas abstrações sobre a realidade transformaria a essência do problema: o processo produtivo e a relação social nele existente. Tais ideias são soluções infrutíferas ao caso concreto, a terra. Para o autor a solução seria uma reforma agrária, único remédio ao problema do índio peruano do contexto colonial.

3.3.1.4 Victor Raúl Haya de la Torre sobre “La realidad económico-social de América Latina”, apresenta o argumento que “en el curso de nuestra evolución económica las etapas no se suceden como las de la transformación de un niño en hombre. Económicamente, Indoamérica es como un niño monstruoso [...]” (HAYA de la TORRE, 1994, p. 86)¹⁵. Esta caracterização traz implícita um modelo de comparação um suposto *niño sano*, que seria o europeu e o estadunidense.

A América latina é uma invenção ocidental, que começa a ser criada no período das grandes navegações. Essa criação, ao longo de sua história, sempre esteve ligada à sua “mãe”, ou seja, o poder central do sistema internacional ocidental, que em momentos esteve sob a pele de países europeus e agora na dos EUA. Gerou-se aí uma relação afetiva de abnegação e rebeldias, mas que nunca terminou, sendo hora dependente do adulto, hora menos dependente.

“**Económicamente**, Indoamérica es como un niño monstruoso [...]” (HAYA de la TORRE, 1994, p. 86). Isso se explica pela inserção abrupta das Américas no sistema capitalista, abrupta por conta da ausência das bases institucionais necessárias para a autonomia econômica “adulta”. Dessa forma, a América latina perdurou como uma criança gigante, que depende do adulto (Espanha, Portugal, talvez Holanda, Inglaterra e EUA).

A “criança” por muito tempo foi submissa ao centro, mas, ao seguir o exemplo de sua mãe, se rebela. A burguesia subdesenvolvida das américas, guiada pelos ideais liberais das vanguardas ocidentais, desencadeou nessa região uma onda de rebeliões

15. HAYA de la TORRE, Victor Raúl. **La realidad económico-social de América Latina**. em Ruy Mauro Marini e Márgara Millán (org.). *Teoría social latinoamericana*. Tomo I, UNAM: México, 1994, p. 79-95.

conhecida com revoluções independentistas. Tal processo representou a autonomia econômica da burguesia subdesenvolvida em relação aos povos ibéricos.

Embora não existissem mais as metrópoles econômicas, elas permaneceram culturalmente. Mesmo rebelada, a “criança monstruosa” preservou os valores de seus antepassados e não deixou de usá-los como referência para seus atos, não importando o nome que tomasse (o poder hegemônico).

A relação consanguínea e afetiva entre os personagens foi mais ou menos próxima segundo períodos históricos. Depois da descolonização houve uma proximidade comercial muito forte entre centro e periferia na primeira crise do capitalismo distanciamento, na crise de 1929-33 distanciamento, na década de 1960 aproximação e assim por diante.

Traduzindo. A “mãe” da criança monstruosa é o “hegemon”, que apenas troca de nome e forma segundo o contexto. Os países subdesenvolvidos (inclusive a América latina) são as crianças monstruosas. A colonização é o período de submissão, as revoluções de independência são as rebeldias. A relação que perdurou são os valores herdados e cultivados ao longo do tempo, assim como elos comerciais. Os períodos de menor ou maior dependência são as fases históricas que marcaram essa relação do centro com a periferia, que deram mais ou menos autonomia regional.

Como um filho que segue o exemplo dos adultos que o criam, assim é a América Latina em relação ao centro (s) do poder internacional. Culturalmente, os países ditos “desenvolvidos” são o exemplo econômico, social e político a ser seguido. Isso pode se explicar pela história de inserção prematura de regiões geográficas ao sistema econômico capitalista, que uma vez dentro permaneceram presas institucionalmente e culturalmente ao centro de administração do poder internacional. Assim, o que permaneceu foi uma relação em que o centro do poder é a referência do caminho a ser seguido rumo ao desenvolvimento, ao crescimento, à liberdade, à democracia, etc.

3.3.1.5 Feudalismo ou capitalismo?

Alguns elementos conjunturais que podem ter influenciado esses autores ocorreram entre o final do século XVIII e começo do XX, e são: processos de independência na América espanhola; 2º revolução industrial, hegemonia da Grã-Bretanha como principal potência econômica mundial; primeira crise capitalista abolição da escravidão, corrida imperialista (neocolonialismo ou nova divisão do mundo); 1º G.G. Esses são alguns, entre muitos outros, eventos que abrem espaço para problematizações a ideia de feudalismo latino-americano.

O processo de independência na América latina, assim como na Europa, embora diferente, marcou a “independência” da burguesia capitalista, já inserida nesse sistema durante as antigas colônias. A colonização ocorreu em decorrência do sistema capitalista ainda imaturo que encontrou fonte de recursos através do atlântico, instalando aqui seus caudilhos, os quais posteriormente romperam laços com a metrópole para maximizarem seus ganhos. Dessa forma, essa ruptura nada mais foi do que a troca de capitalista por capitalista e não a formação de uma sociedade capitalista em detrimento de um feudal.

A 2º revolução industrial dinamizou ainda mais o sistema capitalista, reforçando o poder comercial britânico – sua crescente frota de navios-, e o domínio de redes comerciais nas Américas. O desenvolvimento das forças produtivas britânicas demandou, em troca de seus produtos industrializados, mais produtos primários transportados em seus navios – oriundos de suas áreas de influência, o que contribuiu para o desenvolvimento dos latifúndios capitalistas, que, por sua vez, demandavam mão de obra, escrava e barata.

Por conta de sua tendência expansionista, o capitalismo se depara com barreiras, uma delas o mercado nacional limitado, que, quando supersaturado de produtos, quebra a dinâmica de trocas da economia. Isso gerou impactos sobre o tráfico de negros ao redor do mundo ocidental. Com o aumento anterior do tráfico de negros, a concentração dessa população em alguns pontos das Américas e a crise

capitalista, a qual já dava sinais em 1850, a abolição fez-se necessária. Segundo Bagú, em decorrência da tendência capitalista de produzir sempre mais a um menor preço e pelo limite do mercado, trabalhou-se na “libertação” dos negros para que se ampliasse o mercado consumidor dos produtos ingleses.

Outra coisa, que pode ter relação com essa crise, foi a corrida imperialista. Essa corrida marcou a nova divisão do mundo entre as principais potências à época, que procuravam ampliar sua riqueza por meio de investimentos e por meio de novas fontes de matéria prima ao redor do globo. Pode ser vista, então, como processo que se acentuou por conta da crise.

Por fim, temos a 1º G.G. como fruto das disputas imperialistas. Como a terra é limitada, a busca por lucros é insaciável e diplomacia não era forte, não poderia ter outra coisa a ocorrer se não uma guerra e foi o que de fato aconteceu. Foi um dos, se não o maior, evento que marcou a história recente, que resultou da competição capitalista expansionista.

Assim podemos ver o contexto histórico –a grosso modo-que pôde ter feito com que Bagú e C. Prado colocassem em cheque a ideia de um feudalismo latino-americano. Pois nota-se que a colonização, assim como esses eventos apresentados e muitos outros não mencionados, são fruto do sistema econômico que se tornou internacional a partir das “grandes navegações”, o capitalismo.

3.3.1.5.1 Segundo Sergio Bagú, “el régimen económico luso-hispano del período colonial no es feudalismo. Es capitalismo colonial” (BAGÚ, 1994, p. 134)

O autor não descreve o capitalismo em si, mas deixa subentendido que o capitalismo é a produção de mercadorias para fins comerciais, onde se aufera lucro. Ele deixa isso mais evidente ao explicar a relação social produtiva, presente na base econômica colonial.

Para começar, é bom ressaltar qual é a relação social produtivo presente no modo feudal de produção. A relação econômica é entre servos e senhores feudais, estes possuem extensões de terras que lhes pertence por seu sangue azul ou algum outro motivo nobre, aqueles são homens livres donos dos meios de produção e servem ao senhor a troco de segurança, não havendo produção de mercadorias, mas sim de produtos para subsistência. Essa relação é permeada por instituições e costumes sociais que preservam tal relação servil (isso explicado superficialmente).

Uma sociedade capitalista é diferente no que tange à relação produtiva, ao objetivo da produção, etc. Na base estão os trabalhadores “livres”, donos apenas de sua força de trabalho, estes vendem sua força ao capitalista, que a emprega junto com os meios de produção para produzir uma mercadoria, para vendê-la no mercado, este polarizado entre compradores e vendedores, a troco de dinheiro, recebendo ao final da troca seu lucro e o dinheiro para reiniciar o processo de produção.

Indo ao ponto. Bagú reconhece que existiu a aparência de colonialismo feudal na América Latina, embora argumente que não houvesse feudalismo nessa região. Ele diz que junto com os colonizadores vieram suas instituições, as quais em algum grau perpetuaram velhos hábitos feudais, gerando assim aparência de feudalismo. Apesar disso, ele nega sua existência.

Para se justificar ele explica as relações produtivas que existiram na colônia. Ele evidencia que o trabalho era escravo. Tanto os brancos (alguns sob contrato, outros não, alguns raptados, outros não), enquanto os negros (estes comprados), assim como os índios, todos trabalharam como escravos, sem possuir os meios de produção, atados a coerção e à miséria. Eram escravos, portanto, não servos.

Além disso, este é o ponto central, ele argumenta que essa realidade estava inserida e dirigida pelo capitalismo internacional. O trabalho era escravo por ser, dentro da produção capitalista, o mais barato e esse trabalho era explorado para abastecer o mercado internacional capitalista com produtos primários. Era, portanto, colonialismo capitalista, não feudal. Ou seja, as colônias, embora com características

feudais, estavam inseridas num contexto maior, o sistema econômico internacional capitalista, com um mercado polarizado.

Assim sendo, para Bagú não existiu colonialismo feudal nessa região, mas sim capitalista. Ele defende isso ao mostrar que a relação produtiva presente na base econômica colonial não era entre servo camponês e senhor feudal, mas sim entre o capitalista exportador de bens primários e seus escravos. Sendo que esta realidade estava inserida num sistema econômico internacional de mercado capitalista, ela só pode ser capitalista.

Mas por que esta questão importa? Tradicionalmente se atribui no passado o atraso do capitalismo nessa região a sua economia dualista, uma mistura de instituições pré-capitalista com capitalista. Mas como vimos acima, as características particulares que o capitalismo assumiu aqui na América Latina não são duais, mas sim parte necessária para a forma como o sistema se expandiu pelo mundo.

3.3.1.6 A industrialização é a solução para o desenvolvimento?

Já na década de 50, os Estados nacionais vinham tomando proeminência na administração econômica geral, preocupados com desenvolvimento capitalista. Com isso surgem estratégias nacionais, as quais almejavam o desenvolvimento em meio a um cenário de mudanças políticas econômicas internacionais, as quais produziram mudanças internas na conjuntura econômica dos países Latino Americanos. Países como Argentina, Brasil, Chile e México se voltaram para dentro, na busca do desenvolvimento das forças econômicas internas. No entanto, o método utilizado para o desenvolvimento interno, em determinado momento, se esgotou à medida que as assimetrias capitalistas se acirraram a nível nacional. É nesse contexto que a CEPAL diagnosticou problemas e respostas para a América Latina.

Na década de 50 os países Latino Americanos, se deparam com a mudança de hegemonia internacional. Os países da Europa Ocidental perderam sua centralidade econômica ao nível internacional por conta das duas Grande Guerras. Fato que

impactou nas exportações dos produtos primários dos subdesenvolvidos revelando sua dependência em relação ao centro.

Sem seus importadores tradicionais, o que fazer? O desenvolvimento Industrial para autonomia produtiva fez-se necessário. Esse processo se daria pela importação de moeda (dólar) e tecnologia avançada, advinda dos EUA, novo centro hegemônico a nível internacional. Esse processo se daria da seguinte forma, os países Latino Americanos deveriam aprimorar sua capacidade exportadora, para que efetuassem trocas de produtos primários por maquinaria. Isso para o desenvolvimento gradual da base tecnológica, que deveria ser forte o bastante para sustentar o desenvolvimento interno. Mas algo deu errado.

Os países Latino Americanos ficaram por baixo nesse jogo. Enquanto a produtividade estadunidense aumentou, junto com lucros acima da produtividade, assim como os preços dos produtos manufaturados, nos países periféricos, os lucros dos capitalistas cresceram abaixo da produtividade e seus preços para exportação baixaram. Consequentemente, o centro consegue comprar mais bens primários à medida que a periferia consegue menos bens industrializados. Assim, as transações internacionais tornam-se desfavoráveis aos países exportadores de bens primários. Isso gerou um ambiente internacional desvantajoso às exportações de produtos primários.

Além disso, muitas outras coisas contribuíram para o aumento da dependência internacional e para sérios problemas internos. De fato, nesse período, os países do sul conseguiram acumular muito capital financeiro, mas sua dependência por recursos externos permaneceu. Além disso se formaram grandes polos industriais e aglomerações urbanas que se instalaram de forma concentrada geograficamente, gerando exclusão social, concentração de renda, terra, poder, etc. Uma série de assimetrias se instalou junto com as máquinas agravando o subdesenvolvimento.

Com isso, veio a nova fase da CEPAL. Constatou-se que a industrialização por si só não era sinônimo de desenvolvimento. Notou-se que antes de voltar-se para dentro, muitos outros passos deveriam ser dados. Os consumidores não tinham renda

para consumir nada além de suas necessidades essenciais. Como expandir o mercado interno assim? A solução seria tirar as pessoas da pobreza por meio de uma melhor distribuição de renda, que diminuísse as assimetrias sócias. Era necessário um processo gradual. Esse processo se daria por etapas de urbanização, produção agrária, produção industrial, isso acompanhado de igualdade jurídica, etc. O que a CEPAL propôs foi uma reforma estrutural, capaz de regular as assimetrias capitalistas, que se ampliam com a industrialização. A questão que permanece é: então como desenvolver-se socioeconomicamente?

3.3.1.7 O que foram as ditaduras?

3.3.1.7.1 En el texto “El Estado de contrainsurgencia”, Ruy Mauro Marini¹⁶ afirma que “las dictaduras militares latinoamericanas son el fruto de un proceso que tiene tres vertientes”

A primeira vertente da contrarrevolução é o papel dos EUA na capacitação de forças militares internacionais para o combate interno ao tumor social socialista – uma doença que precisava ser exterminada – que se disseminara no pós-guerra. No pós-guerra polarizado entre EUA e URSS, e com os países não alinhados à política externa norte-americana, surge a necessidade de os EUA combaterem a ameaça a seus interesses estratégicos. Para tal se capacita os soldados dessas regiões para que combatam o mal socialista externo, que trata de se instalar e subverter a ordem capitalista. Na América Latina, passou-se a se capacitar a cabeça das forças militares nas escolas de guerra estadunidense; essa capacitação para repressão de massas contrárias ao alinhamento político da região às necessidades capitalistas daquele então.

A segunda vertente da contrainsurgência é o da monopolização e aumento dos conflitos sociais. Com a expansão do capital externo direto aplicado na industrialização latino-americana, surge uma nova burguesia monopolista, qual seja,

16. MARINI, Ruy Mauro, **El Estado de contrainsurgência**. em: Ruy Mauro Marini e Mária Millán (org.). *Teoría social latinoamericana*. Tomo III, UNAM: México, (p. 89-100).

aquela integrada ao comércio internacional. Com a expansão das transnacionais se dá uma nova classe ligada a essa elite estrangeira que estabelece suas indústrias aqui.

A terceira vertente diz respeito aos movimentos de massa que se difundem na década de 1960. Desde a década de 1930, o tecido social na região se diversificara e até surge uma classe de trabalhadores fabris. Com o desenrolar das contradições capitalistas, esta classe trabalhadora passa a reivindicar suas preferências, estourando na década de 1960 suas maiores manifestações e conflitos frente as grandes empresas.

3.3.1.7.2 Uma quarta vertente

No pós-guerra, o forte movimento de polarização internacional na década de 70 e os movimentos dos não alinhados ao império imprimiram na diplomacia estadunidense mudanças de conduta frente as demandas latino-americanas. Os Estados Unidos se alinharam à Europa reconstruída e ao japonês na tentativa de preservação da posição privilegiada das nações imperialistas frente o cenário internacional.

Com a instabilidade social oriunda dos processos ditatoriais, os EUA cambiaram sua ofensiva no sentido de orientar abertura democrática nos países dependentes de maneira a tornar a situação de reprodução do capital menos insustentável. No entanto, este posicionamento coincidiu com o declínio da dominação burguesa e ascensão de movimentos populares já no final de 70 devido ao recrudescimento da irracionalidade capitalista.

A tentativa do governo Cárter de abrandar as ditaduras e mascarar as diferenças políticas e sociais por meio de democratização, coincidiu com o enfraquecimento da hegemonia americana sobre a região latino-americana, devido à anterior priorização geopolítica focalizada em outros aspectos e regiões. A intenção estratégica de aproximação dos EUA veio por tanto sem muito efeito frente aos movimentos agora mais autônomos dos conflitos de classes. As novas adequações políticas às mudanças estruturais na acumulação capitalista internacional não lograram uma de suas premissas: submissão das massas.

Por isso a década de 1980 é considerado o período em que as massas populares transformam sua luta por direitos a um nível superior e amplificado. Isso implica em enfraquecimento da submissão irrestrita da institucionalização burguesa.

3.3.1.8 Mecanismo para manter os lucros nos momentos de crises

A crise do capitalismo imperialista se acirrou na década de 1970 e culminou em novas estratégias de acumulação sobre os países dependentes. Resumidamente, se transfere os custos da crise para as periferias por meio de: 1) créditos; 2) desvalorização das importações e valorização das exportações; 3) superexploração do trabalho.

Esse crédito vem para financiar empresas e Estados e se fundamenta na amplificação dos créditos especulativos. É nesse contexto que o setor financeiro toma novas proporções e surgem as bolhas de títulos com altas taxas de juros. Isso ia estourar na crise da dívida da década de 1980, onde se tinha altos recursos no mercado financeiro, países altamente endividados e trabalhadores desempregados.

Deterioração dos termos de intercâmbio. Para auferirem maior lucro, as empresas do setor industrial pesado, elevaram seus preços de exportação, ao passo que os preços de importação primária se mantiveram constantes ou se retraíram frente a menor demanda mundial. Isso foi fabuloso para o mercado consumidor dos EUA (único país que manteve taxa de crescimento para aquele período).

Superexploração. Com as economias subdesenvolvidas intensivas em força de trabalho, as empresas reduzem seus salários para ampliarem os lucros.

3.3.1.8.1 As condições de longo prazo e as causas imediatas da crise da dívida de 1980¹⁷

Na década de 80 a América Latina mudou sua função na dinâmica internacional. Em quanto o centro industrial cresceu à menor ritmo, a região se

17. ESTAY REYNO, Jayme, **Los años ochenta: crisis e incapacidad de pago de la deuda en América Latina, Pasado y presente de la deuda externa de América Latina**. IIEc-BUAP: México, 1996, p. 161-210.

aprofundou numa de suas maiores crises, desempenhando o papel de pagador de dívidas ao sistema financeiro das potências mundiais. A região reverteu sua situação de prestamista internacional a pagador internacional. América Latina foi o maior pagador de dívida (ESTAY REYNO, 1996, p.164).

Embora de maneira heterogênea, a região seguiu uma tendência única de reformulação das estruturas de reprodução capitalista, partindo das relações de trabalho até a relação Estado/Economia. Isso seria reflexo do esgotamento do padrão que se formou desde a década de 1930. A tendência central do padrão anterior à década de 1980 foi o de sustentação das empresas nacionais pelo Estado (não foi a competição a base). Com a crise, houve abertura à competição interna e externa (não mais direcionada pelo Estado). A abertura irrestrita à economia internacional foi orientada pela busca de divisas para pagamento da dívida e ingresso de capital externo.

A acumulação de reservas se daria pelas exportações e pela atração de capitais. No entanto, ocorreram empréstimos para inversão na produção de excedente. Com a queda das exportações e da evasão de capital a possibilidade de captação de divisas se inviabilizou, forçando a redução de importações como mecanismo, formando-se o efeito de longo prazo da crise. Os fatores imediatos que estouraram em crise foram valorização do dólar, juros altos, comércio deteriorado (redução dos preços dos produtos primários) e queda dos créditos externos.

3.3.1.8.2 Uma explicação de porque os países latino-americanos seguiram pagando a dívida em vez de declararem moratória conjunta

Nos primeiros anos da crise, as decisões de políticas taxativas sobre a região foram lideradas pelos interesses dos grandes bancos credores sobre a mesa de negociação. Os devedores não se uniram em bloco para negociar a dívida coletivamente, mas foi cada um por si. Um dos movimentos em contra da moratória se formou nos países centros do sistema financeiro mundial. Os líderes políticos desse movimento apresentavam sua posição fundamentada no pressuposto de que

todo o sistema ruiria com a moratória. O outro posicionamento contrário partiu desde os credores. Estes temiam a possibilidade de não receberem mais créditos devido ao risco de não pagamento de futuros créditos. E como mencionado a princípio, os países da região não se uniram para aumentar seu poder de barganha frente os credores. Cada qual negociou sua dívida. Reduziu-se assim a possibilidade da redução da dívida.

3.3.1.9 O Consenso de Washington em quatro pontos¹⁸

O consenso de Washington é a incorporação dos ideais Neoliberais que pressupunham a “globalização” da economia mundial (uma economia sem barreiras) onde o rumo da liberalização proporcionaria maior satisfação das preferências subjetivas dos agentes econômicos. Os quatro pontos que sintetizam o consenso de Washington são: abertura comercial, privatização, abertura financeira e flexibilização das leis trabalhistas. Tudo isso com o foco em maximizar os ganhos das multinacionais instaladas no mundo. Os pressupostos Neoclássico que sustentam o livre mercado desconsideravam que sem o Estado o que resta são os oligopólios. O Consenso foi reflexo da tentativa dos EUA de se levantarem da crise que se estendeu de 1970-90. O receituário Neoliberal não era de liberalização dos centros (que “já o eram”), mas sim à periferia. Os EUA precisavam de mercados para seus produtos e para seu capital financeiro. Nesse sentido nascem projetos como ALCA e NAFTA. O NAFTA foi o projeto inicial precursor do ALCA, involucrou México e Canadá, que se abriram às multinacionais Estadunidense. O ALCA foi um projeto de bloco regional das Américas liderado pelos EUA; que fracassou. Essa foi a estratégia dos estadunidenses para fazerem competirem contra o Japão e Alemanha. Se tivesse dado certo, o ALCA seria a aplicação dos pontos do Consenso de Washington aos vizinhos dos EUA, enquanto este manterias suas restrições políticas – por isso não vingou.

18. SOUZA, Nilson Araújo. **A formação da economia mundiale e A grande depressão abala os alicerces da economia mundial.** Em: Economia Internacional Contemporânea. Atlas: São Paulo. 2009, p. 1-29.

Desde o consenso (entre 1980-95), a aplicação dos pressupostos liberais favoreceram a balança comercial dos EUA com a América latina. Os EUA passaram a exportar para toda a região com baixas restrições. O resultado disso foi a redução do setor interno da região, que passou a perder espaço para as mercadorias importadas e para as multinacionais, ao mesmo tempo que receberam elevados níveis de capital externo. Nada se acrescentou à capacidade produtiva da região. Além disso, o endividamento aumentou devido ao deficit comercial coberto pelo endividamento externo.

O Mercosul surge com o objetivo de se fazer a integração produtiva do cone sul em meio à instabilidade regional sofrida desde 1980. Mas passou a priorizar a integração comercial quando os mandatários argentino e brasileiro (neoliberais) assumiram seus mandatos (FHC e MENEN). O MERCOSUL acabou por se tornar bloco de consumo de importações estadunidenses ao favorecer a entrada dessas mercadorias por meio de redução tarifária para estes produtos – perdeu totalmente seu caráter original.

A despeito das restrições físicas e políticas à livre circulação de trabalho e tecnologia ao redor do mundo (são barreiras no centro), o autor indica que as menores restrições estão na circulação de capital financeiro. Isso evidencia a liberalização de mão única, com elevado fluxo de capital para as periferias e de remessas de lucro para o centro.

3.3.2 Trazendo para nossos dias

A esta altura o leitor está se perguntando: mas qual a relação dos temas acima explicados rasamente? Os acontecimentos históricos que sobrevoamos desde a colonização não tiveram o objetivo de apresentar a formação econômica regional e seus desdobramentos de maneira rigorosa. A ideia foi trazer elementos que ajudam a localizar onde a América Latina se situa e visualizar os principais preconceitos construídos para explicarem as fortes contradições socioeconômicas da região. O século XXI é marcado por sérios problemas estruturais que não logram ser

solucionados por remédios modernos (ou antigos?) - discriminações, segregação, intolerância, violência, etc.

O problema do negro e do índio (questões a que se buscaram respostas) não era sua resistência ao sol e ao calor ou falta de educação, religião, etc. São personagens inseridos numa realidade de expansão do sistema capitalista desde os países centrais, que submeteram outros povos para o próprio desenvolvimento do sistema. Nessa ótica, os problemas da América Latina (e outras regiões) não derivam de seu atraso original/natural ou falta de capitalismo, mas são derivação dessa ordem produtiva estrutural.

4.Regionalismo Sul-Americano: Vai-volta da América do Sul dentro das Variações do Padrão Econômico Internacional

Essa parte busca trazer uma interpretação dos acontecimentos socioeconômicos/políticos desta década do século XXI sobre a América do Sul e seus efeitos sobre a *integração econômica e política* regional. Para tal, partiremos da perspectiva sobre a atuação interna e externa do Estado fundamentada no conceito de hegemonia e jogo de soma zero; em seguida passaremos a entender o padrão de reprodução internacional e seu padrão monetário relacionado às hegemonias internacionais, para então falarmos da integração regional e seus movimentos mais recentes. Isso nos permitirá, ao final, fazer uma interpretação geral dos padrões político/econômicos da região Sul das Américas.

Assumindo-se que a dinâmica da atuação Estatal se dá em base a seu poder de coerção e convencimento e que na esfera internacional os Estados competem entre si dentro de um padrão de reprodução capitalista mundial, o qual imprimir nos competidores a necessidade de políticas socioeconômicas adequadas ao padrão de reprodução em vigor, podemos entender parte dos principais conflitos regionais do século XXI. Pensando na América do Sul e sua atual conjuntura de crise de ordem política e econômica dentro e fora de seus Estados, passaremos a analisar como os países dessa região demandam por medidas mais ou menos populares, assim como

mais ou menos alinhadas aos centros mundiais, em resposta à sua necessidade periférica de responder aos padrões internacionais (por exemplo o monetário). E para problematizar isso, podemos nos perguntar se de fato existem governos regionais que em termos concretos se diferenciam quando inseridos dentro dos padrões hegemônicos na economia mundial (Neoliberais vs. Progressistas).

4.1 Coerção e Consenso

Começando por estabelecer uma interpretação para as relações sociais dentro dos Estados nacionais, “Denominamos de capital a unidade diferenciada de relações sociais de exploração e domínio.”(OSÓRIO, 2014, p.107). Essas relações se ocultam baixo o fetiche social quanto à integração social; não havendo separação concreta entre economia e política dentro do Estado. Nesta esfera, as decisões e regras políticas são delimitadas por quem possui poder econômico/político. Apesar de, pelo voto democrático, todos votarem de igual maneira e com igual peso, na realidade, os vencedores são quem possuem maior capital econômico, pois estes, de certa forma, são os que delineiam as regras do jogo sociopolítico e econômico por sua capacidade ampliada de influência.

Mas como isso ocorre? Esse é um processo de construção hegemônica de ideais a serem seguidos, numa fusão entre força e consenso. O Estado funciona como aparato de dominação coercitiva – polícia – pelas classes dominantes, o que se complementa com ideais difundidos por uma instituição “chamada sociedade civil (aparato educacional, igrejas, meios de comunicação, etc)” (OSÓRIO, 2014, p.217). Estes conceitos somados resultam em um estado de hegemonia – fusão de consenso e coerção. Porém, um não se sobrepõe muito ao outro para melhor preservação coesão social.

Então, pode-se considerar hegemonia como um conjunto de força e alianças (consenso). O Estado usa de força e consenso por meio de ideias difundidas aos dominados — que acreditam ser livres. Assim se determina o jogo das relações sociais, fantasiado de igualdade democrática. Com essa interpretação sobre a atuação

do Estado a nível interno, passaremos a uma outra face que é a externa – duas faces de uma mesma moeda.

Desde uma perspectiva de relação Interestatal lisztiana, logra-se entender a inserção dos Estados latino-americanos no sistema internacional e os recentes conflitos político-econômicos generalizados na região a partir do século XXI (talvez um pouco antes, em 1990). Com isso em mente, podemos considerar que existem conflitos de soma zero entre Estados e que o Estado é controlador da economia e protagonista no desenvolvimento tecnológico. Aplicando isso aos países subdesenvolvidos (que é o que nos interessa), Ha Joon Chang (2004) defende que estes devem receber políticas e instituições adequadas a seus níveis de desenvolvimento, ou seja, segundo suas necessidades particulares, para que assim possam se desenvolver.

Isso em contraste com as imposições que os países centrais fazem aos subdesenvolvidos, para que estes adotem instituições internacionais padronizadas, na gestão de suas políticas socioeconômicas. É uma tentativa de homogeneização do sistema internacional que se mostra falha por conta do baixo desenvolvimento que os subdesenvolvidos vêm enfrentando desde sua maior adequação aos padrões internacionais a partir de 1990¹⁹, em contraste com os anos 1914-1930-1942-1980, quando tais países trilharam algum grau de autonomia em suas políticas econômicas e maiores taxas de crescimento (especialmente nos países que se industrializaram, na América Latina).

Dessa forma, para se entender, no século XXI, parte dos conflitos internos e regionais dos Estados da América do Sul, essas ferramentas nos serão úteis. Poderemos dizer, assim, que parte dos conflitos (a nível interno e regional) sociais e políticos da América do Sul são explicados por sua inserção periférica no sistema internacional (VILLABOY, 2015, p.204), assim como pelo padrão de reprodução e o *padrão monetário* deste sistema difundido desde os centros.

19- A China e o Japão são exemplos de Estados que não seguiram o receituário internacional em momentos de pressões padronizantes e agora são grandes potências econômicas, atraem, com poder de barganha, investimentos internacionais estratégicos.

Falando de *padrão monetário internacional*. Como esclarece Eichengreen (2000), os acordos monetários internacionais não são negociados diretamente entre os países (exceto raras vezes). São, portanto, medidas tomadas segundo ações unilaterais de alguns governos que assumem centralidade nas relações internacionais, induzindo os demais a se adequarem a seu padrão, por exemplo, de comercialização.

Nesse quadro, a balança de pagamentos aparece como limitador externo aos países periféricos que aderem a um padrão monetário internacional. Consequentemente, o espaço para desenvolver-se dentro do sistema está relacionado às regras do padrão internacional e à posição geopolítica dos centros.

4.2“padrão de reprodução do capital”²⁰

O Sistema capitalista de produção é compreendido como um sistema mundial heterogêneo (depois de sua mundialização), entendido não por fragmentações isoladas da realidade, mas pela junção do todo. Esse sistema apresenta padrões de reprodução que se caracterizam historicamente segundo o setor priorizado econômico pelo capital. Os setores são dois, o de bens de produção e bens de consumo, variando o nível tecnológico e as relações políticas entre classes. O padrão de reprodução ocorre pela repetição de uma pauta produtiva. Alguns elementos importantes nessa teoria são os que se seguem.

a) Heterogeneidade: apesar de ser o capitalismo um sistema que tomou dimensões mundiais e imprimir padrões na forma de se reproduzir o sistema como um todo, ele assume particularidades regionais que precisam ser analisadas dentro do todo para terem sentido.

b) Em tempos históricos específicos um ou outro setor de produção é mais favorecido pelo capital, o qual deixa rastros marcantes por onde passa, permitindo-se entender por onde ele mais atuou em certos momentos históricos (setor de bens de

20. OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. em Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (org.). **Padrão de reprodução do capital**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2012, p. 37-86.

produção ou o de bens de consumo) e seu padrão, sendo que o valor de uso da valorização do capital define suas características (padrão).

c) Outro elemento importante nessa noção de padrões é a noção de auge e declínio dos padrões, assim como sua fase de transição.

d) Os padrões são traspassados por interesses políticos conflitantes que repercutem em políticas econômicas (tributação, câmbio, juros, etc), que leva ao favorecimento de algumas classes em detrimento de outras.

e) Cada padrão imprime no espaço geográfico estruturas particulares da forma de se produzir. Entre 1940 e 70, os países latino americanos passaram pela industrialização, o que levou à urbanização, construção de saneamento básico, etc. A partir de 1970 há uma forte mundialização do capitalismo, o que induziu à construção e ampliação de portos, aeroportos, ferrovias, etc, para se exportar os produtos das multinacionais

f) Os padrões não se subordinam de imediato ao novo padrão que dinamiza a economia. Também, nesse momento, não há clareza de qual setor dinamiza a economia. Esse é considerado o processo de transição de uma polo dinâmico para outro.

Com tais premissas, podemos destacar três padrões do capitalismo na região Latino Americana:

1) Padrão agro-mineiro/exportador: período da exploração mineira que se estendeu até 1920 predominantemente; economias caracterizadas por inversões concentradas em regiões de extração de metais para exportação, o que demandou estruturas ferroviárias e portuárias e política econômica liberal; a partir de 1930 houve uma transição impulsionada pela crise de 1929, que levou à retração da demanda externa de produtos primários latino-americanos e acelerou a industrialização nalguma regiões. **2) Padrão Industrial (1930):** os países que tinham algum desenvolvimento das forças produtivas internas avançaram no fortalecimento destas estruturas; a política econômica se caracterizou por maior atuação do Estado que passou a aplicar mais nos meios de produção; as transformações geográficas se deram com a

urbanização e infraestrutura básica nesse ambiente urbano; desde 1950 houve maior participação de capital estrangeiro sobre a região, o que levou ao desenvolvimento de estruturas integradoras da economia regional ao capital externo; de 1970-80 é o declínio e transição desse padrão. **3) Padrão exportador de especialização produtiva (1980):** com a mundialização se dá uma nova divisão internacional do trabalho agora com a atuação das multinacionais e as infraestruturas que integram essas indústrias ao mercado externo (expansão de portos, estradas e ferrovias).

5.3 Padrão Monetário Internacional²¹

Os padrões monetários internacionais são bons exemplos de regras dadas que sujeitam em algum grau as decisões políticas/econômicas dos países fracos política e economicamente.

a) Padrão Libra-Ouro (1819-1914). Coincide com o Período de expansão comercial britânica. Fase de superavit na conta-corrente e deficit na conta global. Os deficit se dão no início da 1ª Grande Guerra. Com o acirramento do Pré-guerra e das medidas protecionistas dos novos industrializados da Europa Ocidental em contra da Grã-Bretanha, esta nação sofre declínio comercial e financeiro. Junto disso, e com o financiamento americano na reconstrução da Europa e sua importância comercial, os EUA passam a receber o ouro do mundo, tornando-se assim cada vez mais centrais no sistema internacional induzindo um novo padrão monetário.

b) O padrão dólar-ouro se expande ao fim das Grandes Guerras (EUA como grande potência) e se estende à 1971, quando os EUA, com a intenção de desvalorizar sua moeda e elevar os juros, convertem o dólar ao padrão flexível. Com o padrão

flexível, os EUA podem variar seus juros e taxa de câmbio sem se preocupar com fuga de capitais. Variações cambiais apenas afetam as moedas externas que variam seu valor frente ao dólar em maior ou menor abundância no sistema financeiro internacional. Além disso, os EUA passaram a se auto financiar e cobrir seus deficit com a própria moeda e vendendo títulos da dívida.

21 (FIORI, 2000).

c) No Pós-Guerra, o novo padrão monetário se estabeleceu junto da expansão do poderio econômico/militar dos EUA a nível internacional; caracterizado por deficit global (saída de capitais e de crédito). A expansão da moeda americana se potencializou por meio do financiamento internacional e das multinacionais que se instalaram em países estratégicos geopoliticamente – com recursos naturais em abundância, força de trabalho barata, etc. Este período se caracterizou pelo desenvolvimento acelerado de algumas economias consideradas estratégicas para os EUA no combate à URSS. Os EUA ampliaram sua influência no Sul asiático através do fortalecimento da economia Japonesa, por meio de abertura unilateral, permitindo ao Japão acumular reserva internacional. O mesmo foi feito com a Coreia do Sul, Taiwan e China. O resultando disso foi a internacionalização do padrão dólar.

Nesse contexto, a América Latina ficou ofuscada²² pela instabilidade militar na região europeia e asiática. Na década de 70 temos expansão da competição internacional das multinacionais dos países centrais da Ásia e Europa reconstruída. A Europa passa a ter sua expansão puxada pela Alemanha, principal demandante dos produtos de seus vizinhos. No caso da Ásia, a expansão local esteve vinculada ao mercado unilateral estadunidense.

Os países centrais no sistema capitalista internacional, num contexto de desaceleração do crescimento (1980-90), aumentaram suas relações comerciais entre si (expansão) em detrimento das regiões periféricas. Isso parece ter sido fruto do processo de integração entre as cadeias produtivas dos países da Europa Ocidental e destes com os EUA, assim como a Ásia.

Ou seja, naquela conjuntura de instabilidade, os países mais ricos se sustentaram entre si, baseados em suas relações econômicas integradas em setores produtivos, o que lhes permitiu desenvolverem-se devagar, mas constantemente²³ em meio a crise de reprodução capitalista internacional.

Aqui nos convêm problematizar a questão da integração regional da América do Sul. Os países da América Latina, à margem dessa integração internacional e

22- O que mudou, em parte, com a Revolução Cubana (1959).

23. E aqui estamos falando especialmente dos EUA.

desintegrados produtivamente e financeiramente entre si, foram os maiores prejudicados, pois deixaram de exportar produtos primários nesse contexto histórico e não estabeleceram relações locais que lhes permitisse negociar sua dívida externa e desenvolverem-se estrategicamente dentro de suas necessidades socioeconômicas – pobreza, analfabetismo, desemprego, falta de saneamento básico, etc. Diferentemente dos países centrais, que se integraram e transferiram a crise para as periferias – que literalmente pagaram a conta da redução da taxa de crescimento do capitalismo mundial a partir de 1980.

5.4. Regionalismo Sul-americano: aproximação do Brasil ao Continente.

Essa parte é produto da disciplina “*GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO*”, ministrada no Curso de Economia da UNILA²⁴ no 2º semestre de 2016, onde construiu-se alguns fundamentos para a interpretação contemporânea da Integração Sul Americana. Com base na literatura analisada e nas aulas expositivas, esta parte foi organizada com o objetivo de se entender os antecedentes do atual processo de integração regional e da aproximação do Brasil a seus vizinhos. Para tal, organizou-se em conjuntos os principais processos que ajudam a explicar os desdobramentos da regionalização Sul-americana, que chamaremos de fases de integração. As fases aqui organizadas são quatro, sendo que a última delas termina num ponto de inflexão.

As fases de integração são distintas fases do processo de integração que prevaleceram ideologicamente na política econômica internacional dos Países latino-americanos. Diversos autores, como Nílson Araújo de Souza, Raphael Padula, José Luís Fiori, Amado Cervo e Flávio Sombra Saraiva (dentre outros) indicam fases (diremos fases ao que os autores chamam paradigmas, capítulos, ondas, etc.) onde o Pan-americanismo-I (1º fase)²⁵, o Latino americanismo (2º fase), o Pan-

24. Universidade Federal da Integração Latino Americana.

25. Em termos de mecanismos de integração econômica, essa primeira fase não é uma fase de integração; o sentido de integração que atribuiremos será de integração política/geográfica/econômica (que não criou nenhum mecanismo

americanismo-II (3º fase) e o Sul americanismo (4º fase) foram suas respectivas bases ideológicas, ora mais politizadas, ora mais econômicas.²⁶

Em nível de análise sistemática, as ondas começaram e terminaram com eventos históricos marcantes. A Primeira Fase é marcada pelo processo de independência do continente latino-americano, idealizado pelos independentistas da América espanhola e, contrastados pela Doutrina Monroe; essa fase terminou junto da transformação do sistema internacional que ganhou novo horizonte entre 1914-1945. A Segunda Fase foi permeada por Políticas Estratégicas dirigidas por Estados nacionais, começando caracteristicamente mais forte com o fim da 2ª G.G., moldada pelo Consenso de Bretton Woods, pela Industrialização, a substituição de Importações e protecionismo econômico. A Terceira Fase é conhecida como de “regime aberto”, começa a partir de 1991 sendo marcada pela queda do Muro de Berlim e expansão de governos neoliberais, o fim da URSS e Unipolaridade Internacional. A Quarta Fase começa em 2003, foi de integração Política Estratégica orientada por governos progressistas.

No entanto, esta última fase, aparentemente, pode estar com seus dias contados devido ao processo atual de derrocada desses governos progressistas, principais motores desse regionalismo sul-americano, os quais estão sendo abruptamente substituídos por governos pós-neoliberais, favoráveis às relações com países hegemônicos no sistema internacional em detrimento dos da região Latino-americana. Esta última fase deixa, portanto, em abertas novas trajetórias possíveis.

Desta forma, nosso objetivo aqui será apresentar sistematicamente, e de maneira superficial, as ondas de integração e propor uma possível 5ª onda de integração principiada em 2015. O método que utilizaremos será sintetizar, relacionar e descrever as óticas dos autores Nílson Araújo de Souza, Raphael Padula, Amado Cervo e Flávio Sombra Saraiva (principalmente, mas não necessariamente nessa ordem), trabalhando desde o princípio a aproximação gradual do Brasil à região. Vale

efetivo).

26. A literatura tradicional sobre regionalismo trata de três fases principais; o que chamamos aqui segunda onda, os autores referidos dizem “primeira” e assim sucessivamente.

ressaltar, que esse é um trabalho de análise superficial, que não logra explicar profundamente a realidade.

5.4.1 Uma revisão das fases de Integração econômica Latino América

Visto os aspectos mais importantes do conceito de consenso e padrões de reprodução do sistema capitalista internacional direcionado por hegemonias, os utilizaremos como pano de fundo e faremos outra esquematização sobre os principais traços políticos/econômicos do processo de integração econômica da América do Sul. Olharemos este processo desde uma ótica de aproximação brasileira à região e culminaremos num ponto de inflexão que é a virada do progressismo ao Neoliberalismo e suas implicações sobre a política econômica regional; veremos isso num esquema de cinco (5) fases.

5.4.1.1 Primeira fase: 1810 à 1914-1945.

A primeira fase de integração foi num contexto em que o sistema econômico internacional tem por centro a Europa Ocidental e posteriormente os Estados Unidos das Américas (EUA). A América Latina se situa à periferia do sistema e passa pelo processo de “independência” política; sua economia é majoritariamente primário-exportadora, sendo seus maiores clientes a Europa ocidental e os E.U.A. Essa relação de centro e periferia formou-se permeada por acordos internacionais desfavoráveis à periferia, idealizados pelos preceitos do liberalismo clássico.

O Brasil é um exemplo de país alinhado, à sua época, ao ordenamento internacional. O projeto de Brasil daquele momento (dividido entre liberais e nacionalistas), foi delineado por uma aristocracia dona do poder a fim de uma base econômica agro exportadora, importadora de manufaturados e de um ordenamento social composto por aristocratas, escravos e trabalhadores livres.

A face liberal explica a assinatura dos tratados desiguais e, depois deles, a política aduaneira, ou seja, o fato de estabelecer-se o Brasil na condição periférica de modo permanente. A face

conservadora explica o malogrado projeto de industrialização dos anos 1840, a determinação de exercer um certo controle sobre o subsistema platino de relações internacionais e a negociação firme das fronteiras do território nacional (CERVO, 2003, p.8-11).

A partir de sua independência, o Brasil manteve-se alinhado ao centro Europeu, especialmente à Inglaterra, o que pode explicar seu distanciamento do continente em detrimento dos projetos integracionistas regionais: a

O Bolívarismo se estendeu pelos países hoje conhecidos como Peru, Venezuela, Bolívia Equador, Panamá e Colômbia, mas tinha por ambição libertar e unificar toda a América Hispânica (excluindo América central e EUA), projeto político que fracassou, além de não tomar proeminência no Brasil. Não foram todos os países (ou colônias) que aderiram ao projeto libertador Bolivariano. Além do que, o Brasil mesmo não simpatizou muito com esse projeto (o Brasil não foi muito bem-visto pelos libertadores) devido a suas particularidades históricas, a principal delas o de ser naquele então um Império, gerando desconfianças nos “crioulos”, os quais lutavam contra a monarquia; outra particularidade brasileira foi sua próxima relação comercial com os Ingleses desde o século XVIII. Vale mencionar que os independentistas tinham seus ideais em contraste com os da doutrina Monroe:

Para Simon Bolívar, principal articulador das independências na América do Sul, a integração americana viria pela adoção de republicanismos fortes que controlassem a desordem da transição colonial à independência. Francisco de Miranda e Bernardo O'Higgins via a possível integração das repúblicas sul-americanas no conjunto de um projeto aristocrático e autoritário de que eles mesmos eram seus próceres (SARAIVA,1995, p.36-38).

A doutrina Monroe, declarada em 1823, pelo presidente estadunidense Monroe foi um projeto que pode se resumir na frase “América para os americanos”. Tutelado pelos EUA, um gigante econômico e político, surge o ideário de ruptura com a Santa Aliança, “Monroe vislumbrava uma América forte e unida, sob o comando espiritual das ideias da liberdade de mercado e da democracia”(SARAIVA,1995, p.36-38). Tal doutrina almejava integrar as Américas de Norte a Sul. No entanto, o projeto se

estendeu até a América central. Na América do Sul foi barrado pela influência econômica e política dos Ingleses sobre a região, mas não deixou de surtir algum efeito no Brasil.

O Brasil, ao sair de sua dependência como colônia encontrou amparo nesta doutrina, pois buscava reconhecimento internacional como país soberano ante a Europa, que lhe imputava acordos econômicos desvantajosos até então (SARAIVA,1995, p.36-38).

Por meio de uma política econômica internacional agressiva, os E.U.A. dominam o México²⁷. “Consolidada a hegemonia sobre as Américas do Norte e Central, os Estados Unidos passaram a disputar com a Inglaterra a hegemonia na América do Sul” (PINTO, 2008: 96. In: SILVA, 2008). Tal ofensiva falha inicialmente, enfraquecida pelo processo de divisão internacional do trabalho (imperialismo inglês).

Embora os E.U.A. tenham tentado estabelecer acordos bilaterais na região²⁸ e também tenham tentado estender sua influência pela força²⁹, a América do Sul manteve-se alinhada àquele ordenamento prévio, o que gerou conflitos entre EUA e Inglaterra, malogrando assim o projeto de integração estadunidense. O processo de expansão Pan-americana se limitou, portanto, ao Norte e ao centro das Américas. Podemos dizer que, em grande medida, foi a repartição do mundo da era imperialista que levou à falha das propostas integracionistas regionais da América do Sul nesta primeira fase.

Ao consolidar-se o domínio externo sobre a região e sua divisão internacional do trabalho,

27 “o capitalismo nascente nos Estados Unidos rompeu fronteiras e, depois de comprar a Flórida, a Lousiana e o Oregon, promoveu a guerra contra o México, em 1845, e anexou os estados do Texas, Califórnia, Colorado, Arizona, Novo México, Nevada e Utah” (SOUZA, 2012).

28. “(...) propuseram ao Brasil, em 1887, a realização de uma união aduaneira para, logo depois, em 1889, durante a 1ª.Conferência Pan-Americana, propor “a formação de uma ampla comunidade comercial que envolvesse todos os países da América” (Ibid.: 97), numa antecipação da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apresentada um século depois.” (SOUZA, 2012).

29. “(...) se somou à Doutrina Monroe, em 1904, com os EUA se reservando ao direito de, carregando um Big Stick (‘um grande porrete’, eufemismo para o uso brutal da força militar), intervir nos assuntos dos países latino-americanos sempre que ocorressem o que consideravam desordens e instabilidades internas nessas regiões” (PINTO, 2008: 98. In: SILVA, 2008).

malograram as tentativas que vinham se realizando para a integração latino-americana, que, na época, se confundia com integração da América (SOUZA, 2012, p.89-93).

No entanto, nesta fase houve uma certa aproximação do Brasil a seus vizinhos.

Depois dos conflitos do Rio da Prata, da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, dos contatos de brasileiros com uruguaios e argentinos no reavivamento dos ideais republicanos hibernados desde o período regencial, contatos mais ricos e estreitos foram estabelecidos pelo Brasil no continente sul-americano (SARAIVA, 1995, p.36-38).

Mas isso não representou uma união ideológica o suficientemente forte. Já no século XX, delineiam-se os caminhos que trariam o Brasil, assim como México, Chile, Argentina, dentre outros, à preocuparem-se com sua região. A partir de 1914 começa o período de transformação do cenário internacional. Entre 1914 e 1945 ocorrem a primeira guerra mundial, a revolução russa (1917), a crise de 1929 e a segunda guerra mundial, os EUA têm na década de 1920 seus anos de ouro, tomando grande proeminência econômica, depois da segunda guerra nasce a guerra fria entre capitalismo e socialismo, os EUA ganham espaço internacional com o acordo de Bretton Woods, que levou ao financiamento dos países afetados pela guerra. Tem-se assim uma mudança no ordenamento do sistema capitalista. Os EUA aparecem como a principal potência econômica capitalista e paira no ar a ameaça socialista.

5.4.1.2 Segunda Fase: 1914-1945 até 1991

Na segunda fase temos um processo de aproximação gradual entre os países latino-americanos, o Brasil passa a olhar mais aos vizinhos às suas costas. Isso se deu pelas mudanças do horizonte internacional, que se mostrava pouco favorável a essa região periférica quase que totalmente agroexportadora até aquele então. Com a queda das exportações, os países latino-americanos sofrem uma convulsão de seus atores sociais internos, que demandam por consumo e outras necessidades sociais particulares, favorecendo o processo de industrialização que se intensificou entre

1940-80, guiada por um novo tipo de Estado. Ainda em consequência do cenário externo hostil, os países latino americanos se aproximam estrategicamente, fato que se vê na formação das instituições que surgem à época. No entanto, foi uma aproximação politicamente difícil.

Num primeiro momento dessa fase, o Brasil se alinha aos vencedores da guerra. “Por meio do sistema de benefícios e de barganhas que herdara da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado natural da potência imperial na América do Sul” (SARAIVA, 1995, p38-41). Esse foi um fator que ajudou a esfriar, por exemplo, a relação com a Argentina, a qual se manteve neutra diplomaticamente durante a guerra.

O Liberalismo dominava e por conta do alinhamento do Brasil aos grandes centros da economia e política internacional, sua relação com a América latina não foi priorizada. Mas isso estava por mudar.

Toma força um pensamento desenvolvimentista nacionalista, amparado por políticos e intelectuais. Delineiam-se então novos traços na região periférica. “A mudança paradigmática dos anos 1930-40 ocorreu como se fosse um movimento latino-americano” (CERVO, 2003). No século XX surgem interesses de uma sociedade complexa, fortalece-se o desenvolvimento das forças produtivas internas, autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível, comercialização com países grandes e pequenos. Tendo-se em conta essas mudanças de perfil regional, podemos adiantar os impactos dessa conjuntura sobre a política externa do Brasil.

Essa nova fase proporcionou afastamento em relação aos EUA por conta da concorrência internacional que o Brasil passou a representar por conta de seus interesses desenvolvimentistas, trazendo o Brasil para perto dos Países latino-americanos que aparecem como elemento regional estratégico para o desenvolvimentismo.

O processo diplomático e comercial brasileiro da diversificação de parceiros e na busca de

relativa autonomia e espaço de manobra para avançar no desenvolvimento industrial foi incluindo, paulatinamente, a aproximação com a América Latina (SARAIVA, 1995, p38-41).

Por conta do colapso das antigas vias de comércio que fluíam para os países desenvolvidos do Norte e do desenvolvimentismo industrial periférico, começa a haver uma integração econômica significativa (menos politizada) nesta região. “Assim, em 1950, o intercâmbio entre os quatro países indicados [Argentina, Brasil, Chile e Uruguai] representava 9,2 por cento de seu comércio exterior total, e em 1953 já alcançava 12,2 por cento” (FURTADO, 1986: 260). Partindo dessa conjuntura, vemos uma integração estratégica do Brasil e seus vizinhos durante parte dessa fase.

Anos 1950-80, Processo de aproximação estratégica à América latina e a outros países subdesenvolvidos.

[...] O Brasil criticou a distribuição de poder no sistema internacional, que havia congelado a possibilidade de emergência de novos centros de poder. Ao mesmo tempo, o País elegeu o pragmatismo e o ecumenismo ideológico, apesar da ditadura doméstica, como os melhores instrumentos para a ampliação dos seus espaços econômicos e políticos no mundo³⁰ (SARAIVA, 1995, p38-41).

Nesse contexto de mirada ao sul, surgem as instituições que almejavam aproximação estratégica dos países subdesenvolvidos das Américas. a) CEPAL, 1948 (que também atuou na América central); ALALC, 1960 (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai; tendo aderido posteriormente Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia); ALADI, 1969 (1969, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru; 1973 Venezuela entra, 1976 Chile sai) e o Pacto Andino são seus nomes.

Em suma, essas instituições propunham, com algum grau de diferença, propostas de uma união comercial seja por meio de maior comercialização, tarifas comuns, união aduaneira, etc. Vemos nisso o caráter mais econômico dessa fase de integração, focando, é claro, o desenvolvimento estratégico nacional que busca integrar-se ao regional.

³⁰ Podemos incluir aqui África e Ásia.

Mas a tão almejada integração econômica para o desenvolvimento regional não saiu efetivamente do papel. Segundo Padula (2010)³¹

A priorização de projetos nacionais de industrialização individuais e a desconfiança mútua entre governos ditatoriais na região estão entre os principais fatores que contribuíram para que os países permanecem de costas uns para os outros. Ainda, a crise da dívida, o aumento do protecionismo em alguns países, e a proeminência neoliberal, propagada a partir dos países centrais e organizações internacionais, esmoreceram e realmente dissiparam a ‘primeira onda’ de integração regional na América Latina. Assim, seguiu prevalecendo a falta de uma articulação regional efetiva, ou mais precisamente a falta de uma articulação regional pelo desenvolvimento conjunto dos países da região (PADULA, 2010, p.20).

Além desse ar de desconfiança, houve um conjunto de outros fatores externos que enfraqueceram essa onda. Os EUA mantiveram sua influência internacional sobre a Europa por meio de seus financiamentos e suas bases militares, ao mesmo tempo que sobre a América Latina, difundiu o medo a uma ameaça socialista. Isso se vê na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1948, que se formaram para ratificar uma possível intervenção militar estadunidense sobre qualquer ameaça socialista ao continente.

Adiantando um pouco a história, a Europa começa a reerguer-se como mercado competitivo internacionalmente, assim como o Japão, uma nova potência industrial. Essa maior competitividade capitalista reforça os interesses dos EUA sobre a América Latina, um grande mercado consumidor, que não queria se abrir tão facilmente (por conta dos governos nacionalistas daquele então). Não coincidentemente, há uma derrocada daqueles governos nacional/desenvolvimentistas, substituídos por ditaduras que vigoraram entre 1960-1990, favorecendo as multinacionais norte-americanas que se instalam na região, enfraquecendo ainda mais essa aproximação que temos visto até aqui (SOUZA, 2012).

A partir da década de 1970 começa a deflagrar-se novos elementos que fazem

31 . A primeira onda mencionada pelo autor é a que nos veio chamar aqui segunda fase.

os países da região se voltarem novamente a seu entorno geográfico, mas agora norteados por ideais neoliberais.

Ressurge assim no período de proeminência ideológica e das reformas e práticas político-econômicas neoliberais, que objetivaram a liberalização econômica (comercial e financeira), propagadas a partir dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio -GATT) por eles influenciados. Uma forma de regionalismo com enfoque comercial e econômico, na qual, de uma forma um tanto paradoxal, a ‘exclusividade’ dos arranjos regionais trabalharia pela liberalização comercial regional como instrumento da liberalização do comércio multilateral, segundo a visão do ‘regionalismo aberto’ (PADULA, 2010, p.21).

Além de um sistema mais competitivo, devido a esse regionalismo aberto que se delineia, alguns elementos regionais fazem com que o Brasil comece a superar sua imagem ameaçadora aos vizinhos, especialmente para a Argentina. São alguns acontecimentos que desde os anos 80 levaram à fragmentação das “rixas históricas” entre Argentina e Brasil e à formação de uma aproximação prática e menos idealista entre as duas potências regionais (SARAIVA, 1995).

5.4.1.3 Terceira fase: 1991-2002

Antes de falarmos do MERCOSUL, assim como da Comunidade das Nações Andinas (CAN) e do processo de integração econômica do regionalismo aberto em si, vale destacar a ideologia econômica Neoliberal que norteia esta fase. Veremos que apesar dos resultados negativos sobre o progresso industrial da América Latina que vinha se desenvolvendo na fase anterior, a região avança com a integração econômica.

Após os regimes ditatoriais, houve uma remessa de presidentes neoliberais, que trouxeram consigo, a seus ministérios, monetaristas de formação norte-americana, os quais assumiram a liderança dos principais países latino-americanos. As táticas de governo para o desenvolvimento econômico e os respectivos presidentes são:

“Tratamentos de choque, de corte neoliberal, foram aplicados pelos governos de Augusto Pinochet no Chile, Carlos Raúl Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Fernando Collor de Melo no Brasil, e Carlos Salinas de Gortari no México”. O Estado fica restrito a promover estabilidade monetária, o mercado cuida do resto. Essa vertente monetarista ganha ainda mais força com o novo posicionamento da CEPAL. Depois da autocritica da CEPAL, a instituição se inclina ao neoliberalismo, dando força ao monetarismo. Essa tendência ganhou mais força nos países hispanoparlantes do que no Brasil, pois, este havia se tornado a 8º economia mundial com a receita nacional/desenvolvimentista, sendo assim mais lenta sua transição para a “nova moda”(CERVO 2003, p15). Assim como a fase anterior, o monetarismo foi motivado por forças particulares.

O endividamento e o consenso de Washington aparecem como fatores externos que impulsionaram o paradigma monetarista, tendo como carro forte o FMI e o Banco Mundial. Pois, “o endividamento latino-americano dos anos 1980, cujo aumento deveu-se à elevação das taxas de juro durante os mandatos de Ronald Reagan, converteu os países da região em grandes esmoleiros internacionais” (CERVO, 2003, p.16). Para que “saíssem” da dívida e progredissem economicamente, deveriam seguir o receituário econômico ditado pelos credores. Uma receita que se mostrou prejudicial à autonomia produtiva latino-americana relativamente conquistada na fase anterior.

As exigências resumem-se em abertura econômica e esvaziamento das funções do Estado, ou seja, “ser Normal”. “Ser normal”, nesse contexto, seria alinhar-se aos comandos do centro, que dizia o que era ser normal. Privatização das empresas públicas e priorização do capital estrangeiro, abertura do mercado financeiro sem restrição de entrada ou saída de capitais, etc., são as medidas aconselhadas pelo centro para o progresso da periferia, em meio a uma onda de crise do sistema.

Essa abertura levou à financeirização da economia em detrimento dos interesses nacionais, o que conduziu gradualmente ao desmantelamento da indústria nacional e dos pequenos industriais, isso conquistado ao longo da segunda fase (mais

intensamente no Brasil). Como consequência desse regionalismo aberto monetarista, aquele desenvolvimento industrial estratégico da fase anterior foi dilapidado gradualmente, ou nas palavras de Cervo: “encaminharam a destruição do patrimônio nacional construído em sessenta anos de esforços” (CERVO, 2003, p.18).

Vejamos como os países da região se integraram naquele contexto. A terceira fase de integração tem como marco inicial o Mercosul como evolução da ALALC e é caracterizada por seu pragmatismo, assim como a Comunidade Andina de Nações (CAN), 1996, evolução da ALADI. Se trata da aplicação de tratados comerciais concretos, adaptados à nova realidade Neoliberal, diferentes ao que se havia iniciado na fase anterior. Nas palavras do de Souza (2012):

Contraditoriamente, foi exatamente nesse período que avançou o processo de integração na América do Sul: enquanto o MERCOSUL, que se formara em 1991 como área de livre comércio, se transformava em união aduaneira em 1995, o Pacto Andino, que em 1996 transformou-se em Comunidade Andina de Nações constituía uma união aduaneira em 1995. Mas ambos os blocos retrocederam em relação à concepção original (presente no Pacto Andino quando da sua criação em 1969 e no MERCOSUL na fase dos acordos de 1986 e 1988): em lugar da integração produtiva prevista nos acordos iniciais, privilegiou-se a integração comercial; em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção regional, praticou-se o ‘regionalismo aberto’

Segundo Padula (2010), ainda em 2000, seguia em vigor o regionalismo aberto. Porém, com pressões populares e a chegada dos governos populistas, temas além economia passaram a ser parte de discussão nesse regionalismo. aberto. Segundo este autor, essas áreas extraeconômicas já eram debatidos desde a segunda fase³².

32 . Regionalismo estratégico, Padula (2010) indica como primeira fase.

No entanto, apesar de os países latino-americanos terem-se aproximado em termos mais concretos, não se pode apagar os prejuízos ao desenvolvimento nacional, humano e da própria autonomia internacional que os países haviam fortalecido na fase anterior. “Além da desnacionalização e da desindustrialização, o aumento do endividamento externo foi outra consequência desse processo de avanço econômico externo na América Latina na década de 1990” (SOUZA, 2009: 129). “Segundo a Cepal, a dívida externa da região aumentou de US\$ 500 bilhões em 1992 para US\$ 800 bilhões em 2000””. (SOUZA, 2012, p.113, rodapé). São alguns dos retrocessos e avanços que culminaram na seguinte fase.

5.4.1.4 Quarta fase: 2000-3-X

Nos anos 2000, começa uma onda de governos ditos progressistas na América latina, surgem em resposta aos desgastes político/econômico do regionalismo aberto, alinhado aos interesses econômicos das potências internacionais, especialmente aos EUA, principal cabeça do FMI e do Banco internacional, financiadores da eterna dívida internacional. Foram governos que dialogavam e trabalhavam, além de suas políticas sociais populares, por uma nova posição da região a nível internacional.

Três projetos se destacam para este fim. Após o fracasso (2005) do ALCA, por conta da insustentabilidade da relação dos EUA para com os países da América latina, que não tinham suas petições ante os conselhos da ALCA atendidas ou debatidas gerou desgastes nas relações internacionais, até que os novos governos progressistas da região procuraram novos meios de trabalhar em suas necessidades nacionais, aderiram a novos projetos de integração: “União de Nações Sul-Americanas” (UNASUL), 2008; a “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comércio de los Pueblos” (ALBA), 2005; e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos(CELAC), 2010, que se desdobrou na “XXI Cúpula do Grupo do Rio, de natureza política, e a II Cúpula da América Latina e Caribe – CALC, que trata de integração e desenvolvimento”. Estes dois últimos projetos geraram um ambiente favorável a um terceiro projeto, a CELAC, marcante por

integrar o México a esta onda (SOUZA, 2012, p.119).

Nessa fase de integração o fortalecimento de políticas voltadas para os interesses nacionais e regional, indo além do econômico, mas também se preocupando com o desenvolvimento humano. São projetos que surgem em contraste com aqueles do regionalismo aberto, são algum tipo de respostas ao processo de enfraquecimento da autonomia internacional perdida na fase anterior, retomando assim um tipo de inserção estratégica no sistema.

Porém, a partir de 2015, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina (dentre outros eventos envolvendo os progressistas), nota-se uma mudança em relação à perspectiva integracionista dessa fase. Antes mesmo da eleição de Macri, há um processo de desgaste social, político e econômico desses governos progressistas, acompanhados pela crise de 2008. São diversos eventos ocorridos que vêm dando força a retomada de governos pouco preocupados com integração regional. O caso mais emblemático, com afastamento de Dilma de seu mandato em 2016, seu vice Michel Temer assume o cargo como presidente da República. Isso desencadeou atritos nas relações do Brasil com seus vizinhos.

Em seu primeiro discurso na conferência geral da ONU, em setembro, Temer foi boicotado por membros do ALBA. “Em entrevista a jornalistas, o chanceler José Serra minimizou o boicote e disse que teria impacto internacional ‘próximo de zero (...) A ONU tem cerca de 200 países, não me parece uma proporção significativa’....”(BBC Brasil, 20 setembro 2016). Evidencia-se aqui (e em eventos posteriores, basta ler os jornais) a não priorização sobre a região por parte desse novo governo. Enfim, são eventos que vem pondo em cheque a relação que vimos anteriormente se fortalecendo a nível regional em detrimento do centro internacional.

Grosso modo, é uma guinada regional que tem se desdobrado em várias frentes e, por sua atualidade, torna-se difícil prever no que vai dar. Depois do segundo semestre de 2016, o que se tem notado é um esfriamento (ou aquecimento) dessa quarta onda e um eventual afastamento do Brasil em relação aos vizinhos, assim como dos demais uns para com os outros, voltando suas miradas econômicas à

Europa Ocidental e EUA. Isso vem junto à desaceleração da economia regional, desgaste político e renovação dos quadros políticos regional

5.4.1.5 Quinta fase: Uma nova fase ou não saímos da terceira?

Aqui abrimos espaço para repensar se a quarta fase foi de fato um novo paradigma ou apenas um resfriado do regionalismo aberto da década de 1990. No que nos conveyed chamar quarta fase, tivemos que os governos progressistas aparecem favorecidos pelas assimetrias sociais e internacionais agravadas na fase anterior. São governos que se uniram em prol dos interesses nacionais e regionais, contestando aos projetos imperialistas dos EUA sobre a região que fracassam de vez em 2005.

Vimos que a onda progressista vem passando por sérios desgastes. Na Argentina e no Brasil esses governos já foram substituídos por personagens representantes do neoliberalismo, alinhados em seus interesses e ações aos preceitos econômicos centrais do capitalismo liberal. É como se houvesse o “retorno” ao regionalismo aberto. Mas tudo isso é muito novo. Num contexto geral (América Latina), não se pode prever o futuro, a integração pode tomar rumos inesperados com novas eleições.

No entanto, uma coisa já se tem bem em claro, há um conjunto de fatores que aparecem como novos ares (ou um antigo ar, ora eurocentrista ora pan-americanista), que vem dando outro rumo a essa quarta fase. Temos aí, talvez, o começo de uma quinta fase de aproximação regional. Brasil e Argentina, países centrais sobre região, já se mostram favoráveis a outro projeto econômico internacional diferente do que vinha se desenhando.

5.5 Novos Ares: análise de conjuntura, 2017.

Em base às notícias que circulam na região desde a década de 2010, pode-se notar um relativo enfraquecimento das relações político/econômicas nos padrões dos chamados governos progressistas, mudando o foco geoestratégico para outro, livre

comercial e financeiro, este mais alinhado aos interesses hegemônicos sobre a região que ambiciona o oligopólio sobre o mercado e os recursos naturais regionais. Isto, em detrimento das relações inter-regional.

Enfraquecimento motivado em parte pelo fracasso dos progressistas em ações mais concretas rumo à integração produtiva e pelo novo posicionamento diplomático dos atuais governos. Temos a partir de então uma série de medidas que refletem um atual distanciamento dos projetos integracionistas nos moldes progressistas e reaproximação liberal ao extrarregional.

Os efeitos disso na esfera inter-regional estão nalguns eventos que giram em torno da Venezuela. Com a crise política e econômica venezuelana e a chegada de Macri e Temer na Argentina e no Brasil, travaram-se os acordos da Unasur, vetados pela Venezuela.

Houve também desrespeito à institucionalidade da integração por meio de uma reunião de ministros em Lima (Peru) para debaterem medidas contra a Venezuela, desrespeitando as instituições criadas para isso. E, a Alba enfrenta problemas de continuidade devido a crise Venezuelana.

Também temos que, a Venezuela foi suspendida da presidência do Mercosul. Essa foi uma decisão conjunta dos ministros de relações exteriores dos demais membros do bloco. A decisão de sanção à Venezuela se deu em 1 h (uma hora) de debate numa reunião de emergência em São Paulo, decidiram aplicar a cláusula democrática do bloco após a instalação da “Asamblea Nacional Constituyente” na Venezuela.

Temos alguns outros eventos envolvendo a Argentina e o Mercosul. Anna Cecilia Malmstrom (ministra argentina) anunciou avanços na negociação de TLC entre MERCOSUL e União Européia, com possibilidade de ser assinado em dezembro em Buenos Aires.

Além disso, a Argentina tem demonstrado interesse na Aliança do Pacífico. Isso se vê na negociação de acordos Bilaterais que têm sido levados adiante com o México e Colômbia.

Ainda mais, o ministro da fazenda argentino apresentou formalmente o pedido de entrada no grupo da OCDE, onde México e Chile já são partes integrantes.

E porque isso tudo é importante? Além de revelarem o enfraquecimento das relações políticas e econômicas da região, mostram o alinhamento regional à interesses imediatistas e pouco preocupados com a autonomia e soberania dos atuais blocos regionais.

Para ressaltar esse enfraquecimento: Mauricio Macri viajou aos EUA para dialogar com Trump. Nessa ocasião, Macri foi como presidente pró-tempore do Mercosul e da Unasul. Nesse tom político, as reuniões da OMC e G20 serão sediadas na Argentina em 2018. E ainda, Argentina torna-se aliado da diplomacia estadunidense em assuntos sobre Venezuela e segurança regional – ao mesmo tempo que libera a instalação militar dos EUA na tríplice fronteira, onde está o Aquífero Guarani, Usina de Itaipu no Brasil, etc. Ou seja, um convite escancarado e alinhado à hegemonia do sistema internacional em detrimento dos projetos regionais que vinham tomando forma noutros termos de negociação.

Portanto, estes são alguns dos acontecimentos, mas não todos, que revelam uma tendência diferente daquela vista entre os anos 2000-2014. Em primeiro lugar destacamos a Venezuela por ser um Estado progressista numa onda de governos neoliberais, o que tem implicado em sérios impasses, uma vez que estes não dialogam com aquele, o que está pondo a Venezuela no centro de diversos conflitos internos, inter e extrarregional. Em segundo, temos a Argentina como membro do MERCOSUL, porém atuando bilateralmente com outros blocos sem levar em conta o bloco ao qual se situa, além do que, tem se posicionado como centro de articulação para os EUA sobre a região.

Podemos ver nisso o produto da desintegração inter-regional fortalecida numa fase anterior. Isso em meio a crises socioeconômicas e políticas dos principais Estados da região e a conflitos políticos entre os Estados antes alinhados, que agora possuem novos quadros políticos em ascensão, os quais estão rompendo laços

diplomáticos da onda anterior e voltando-se à Europa, EUA e aos TLC's; confiantes no progresso religioso do livre comércio.

6. Considerações Finais

Todo o conteúdo visto, contribui para interpretações mais abrangentes sobre os problemas contemporâneos como os vistos no começo deste livro. A humanidade ao redor do globo terrestre se relaciona entre si por meio de um sistema mundial econômico chamado capitalismo. Essa relação diferencia a situação econômica de cada país, a medida que os separa em três grandes grupos interdependentes([Wallerstein](#) , 1999)³³: países do centro do sistema, países periféricos e semi-periféricos.

Os do centro: são países com grande influência econômica e política globalmente; são altamente industrializados, possuem o domínio tecnológico e intelectual do mundo; exportam bens de alta lucratividade e importam do resto do mundo recursos agrícolas e minerais para seu abastecimento; exemplos são Grã Bretanha, EUA, etc.

Na **semiperiferia** estão países “híbridos”, pois possuem indústrias pouco desenvolvidas e também exportam recursos naturais e agrícolas; além disso, são explorados pelo centro assim como a periferia; exemplo disso é o Brasil, Argentina, México, Índia, África do Sul, etc.

Na **periferia** estão países exportadores de produtos agrícolas e minerais que abastecem tanto ao centro quanto à semiperiferia, sendo explorado por ambos, oferecendo-lhes seus recursos naturais e mão de obra barata; além do mais são consumidores de tecnologia importada; exemplo disso são países como Jamaica e países africanos, que têm pouco ou nenhuma influência de impacto internacional.

Dentro dessa ordem internacional, podemos dizer que nossa atual conjuntura é uma de calamidades e crise ética/moral a nível mundial. Estamos falando dum contexto mundial de importantes guerras militares ocidentais no mundo oriental;

33. Wallerstein, Immanuel. 1999. Análise dos sistemas mundiais. In: Giddens, A.; Turner, J. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp.

importantes guerras civis na África; grandes fluxos migratórios rumo à Europa e atentados terroristas nesta região do mundo; intolerância cultural e racial pelo mundo; crescimento do desemprego mundial; saída do Reino Unido da União Europeia; processo separatista da Catalunha etc.

São acontecimentos inseridos numa lógica mundial de acumulação e concentração da riqueza e redução das taxas de lucros, o que demanda medidas impopulares para que se dê continuidade ao crescimento econômico das economias integradas pelo sistema capitalista internacional.

Inserido o regionalismo no debate, podemos problematizá-lo: a fim de contas, os governos progressistas da América do Sul são tão distintos dos Neoliberais? As economias semi ou periféricas são vulnerável às intempéries das economias centrais, o que traz a necessidade de políticas econômicas que, independente do nome partidário do governo, são acima de tudo reflexo do sistema internacional. Isso pode ser visto nos acontecimentos evidenciados acima e que ainda estão em marcha, desenrolando-se noutros acontecimentos importantes. E não é de se surpreender que com as próximas eleições presidenciais na América do Sul, surjam personagens políticos que representem o descontento atual das massas em relação às medidas Neoliberais em marcha, necessárias a um novo padrão de reprodução do sistema.

Em outra curva de expansão do Capitalismo global, teremos outros “progressistas”? E na recessão? Nas ditaduras militares tivemos governos que, dependente da dinâmica do capitalismo internacional, tiveram políticas mais ou menos nacionalistas e mais ou menos expansivas. Na década de 1990 os governos democráticos e liberais ascendem num momento de forte crise inflacionária. Os progressistas assumem com as contas públicas relativamente bem ajustadas e em período de alta demanda internacional por produtos primários e saem de cena na queda da expansão. Podemos ver nisso um padrão, que conseqüentemente vai determinar os tipos de políticas econômicas necessárias para a manutenção do crescimento dependente e das relações inter-regionais, ora mais estratégicas em busca da autonomia produtiva, ora mais liberais em busca de fluxos comerciais e atração do

capital externo sem restrições. São políticas ora de estímulo ao crescimento, ora de contenção da recessão, ora atendem às demandas sociais relacionadas ao padrão de expansão do sistema, ora não atendem às demandas sociais ou até mesmo reduzem os direitos sociais para também navegar no padrão de expansão.

Nessa ordem internacional em crise (ou fora dela), o centro tem as maiores vantagens econômicas por sua alta produtividade industrial que lhe rende os maiores lucros, pois seus produtos são tecnologicamente superiores; por serem exportadores de tecnologia, possuem rendimentos sobre direitos autorais, entre outras vantagens econômicas que lhes proporcionam desenvolvimento econômico. No entanto, esse sistema é dinâmico e países menos desenvolvidos podem ascender ao topo assim como os demais países do centro o fizeram segundo as variações do padrão internacional. Isso se dá por conta da circulação do capital, sendo o capital livre para circular entre os países, ele é atraído por maiores rendimentos. Os Tigres Asiáticos são exemplo disso, pois saíram de uma condição periférica para uma central, com grande influência econômica e política em sua região. A China, mais atualmente, tem-se manifestado como um grande polo econômico concorrente ao poder central Estadunidense, isso por oferecer mão de obra baratíssima, legislação trabalhista e ambiental flexíveis, alta produtividade industrial, etc.

7. Referências

AMIN, S. **Ending the Crisis of Capitalism or Ending Capitalism?** Translated by Victoria Bawtree. Pambazuka Press: Dakar, 2011.

BBC. **Brazil fuel protests continue despite price cut.** In: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-44285238>>. Acesso em: 29/05/2018.

BBC BRASIL. **Três perguntas para entender a ‘intervenção militar’ de Temer contra os caminhoneiros.** In: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-44248222>>. Acesso em: 26/05/2018.

BBC BRASIL. **Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa.**In: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>>. 21 fevereiro 2018. Acesso em: 26/05/2018.

BBC MUNDO. **Recessão brasileira também está 'afundando' o resto da América Latina.** Marcelo Justo, 23 janeiro 2016. Em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160121_recessao_brasil_america_latina_rb . Visto: 11/23/2017.

BBC MUNDO. **Por que 2017 pode consolidar a guinada à direita na América Latina.** Gerardo Lissardy, Nova York, 8 janeiro 2017. Em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38529523>. Visto: 11/23/2017

BRASIL DE FATO. **Brasil: alertan sobre el peligro que corren las iniciativas de integración regional universitaria.** Luiz Felipe Albuquerque, 4 agosto, 2017. Em: <http://www.nodal.am/2017/08/brasil-alertan-la-amenaza-las-iniciativas-del-integracion-regional-universitaria-del-gobierno-temer/>. Visto: 22/11/2017 16:35h

CHANG, H.J. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. UNESP: São Paulo, 2004.

CANCILLERIA DE ARGENTINA. **Temer y Macri acuerdan flexibilizar el Mercosur y arremeten contra Venezuela.** in NODAL. 4 OCT, 2016.

CERVO, A.L. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil:** Enfoque paradigmático. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003].

CLAE. **Otra infamia consumada: suspenden a Venezuela del Mercosur por “tiempo indefinido.** 7 agosto, 2017. Em: (<http://estrategia.la/2017/08/07/otra-infamia-consumada-suspenden-avenezuela-del-mercosur-por-tiempo-indefinido/>); clae (<http://estrategia.la/author/clae/>).

DW. **The eurozone crisis by the numbers.** Em: <http://www.dw.com/en/the-eurozone-crisis-by-the-numbers/a-18523237>. Visto: 11/23/2017

DW. **Europeans head to Latin America to escape economic crisis at home.** 28.07.2015. Em: <http://www.dw.com/en/europeans-head-to-latin-america-to-escape-economic-crisis-at-home/a-18609971> .Visto: 11/23/2017.

DW. **US, UK, France launch strikes on Syrian chemical weapons capabilities.** 14.04.2018 In: <<http://www.dw.com/en/us-uk-france-launch-strikes-on-syrian-chemical-weapons-capabilities/a-43384179>>. Acesso em: 26/05/2018.

EICHENGREEN, B. J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**/ Barry J. Eichengreen; tradução de Sergio Blum. ---- São Paulo: Ed.34,2000. 288p.

ESTADÃO, **Una Chance Para el Mercosur** .

In:<<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-chance-para-o-mercosul,70001844984>> 17 Junho 2017 . Acesso em: 05/06/2018.

ESTAY REYNO, Jayme, **Los años ochenta: crisis e incapacidad de pago de la deuda en América Latina, Pasado y presente de la deuda externa de América Latina**. IIEc-BUAP: México, 1996, p. 161-210.

EXAME. **Aumenta a tensão entre EUA e China em guerra comercial**. 6 abr 2018, 16h06.In:<<https://exame.abril.com.br/economia/aumenta-a-tensao-entre-eua-e-china-em-guerra-comercial/>>. Acesso em: 26/05/2018.

FELLET, J. Os diferentes interesses e atitudes das seis delegações que boicotaram discurso de Temer na ONU. Enviado especial da BBC Brasil a Nova York, 20 setembro 2016.

FELLET, J. FMI elogia propostas econômicas de Temer e cobra Congresso a aprovar reformas. Washington: BBC Brasil, 29 setembro 2016.

FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos**. 3. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

FURTADO, C. **Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems**. Cambridge University Press: NEW YORK, 1979. Celso Furtado. **Formação Econômica do Brasil**. 32 Ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2005.

FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 3a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000 .

G1.**Temer defende que Mercosul e União Europeia acelerem acordo comercial. Presidente deu declaração durante reunião da Câmara de Comércio Exterior**. Ele disse que Mercosul precisa se 'fortalecer', revisando estrutura tarifária. Brasília, 28/09/2016 15h59, atualizado em 28/09/2016 16h38.

GUERRA, Ramiro. **Latifundio, esclavitud y dependencia económica**. em Ruy Mauro Marini e Márgara Millán (org.).*Teoría social latinoamericana*. Tomo I, UNAM: México, 1994, (p.15-45).

HAYA de la TORRE, Victor Raúl. **La realidad económico-social de América Latina.** em Ruy Mauro Marini e Márgara Millán (org.). *Teoría social latinoamericana.* Tomo I, UNAM: México, 1994, p. 79-95.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo.** Tradução José Viegas - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARINI, Ruy Mauro, **El Estado de contrainsurgência.** em: Ruy Mauro Marini e Márgara Millán (org.). *Teoría social latinoamericana.* Tomo III, UNAM: México, (p. 89-100).

NODAL. **Entrevistas a Eduardo Dvorkin y a Eduardo Lucita sobre el TLC entre el Mercosur y la UE.** 15 noviembre, 2017. Em: <http://www.nodal.am/2017/11/entrevistas-eduardo-dvorkin-eduardo-lucita-tlc-mercosur-la-ue/>. Visto em 18/11/ 2017.

NODAL. **La integración social y política de América Latina tras una década de gobiernos progresistas.** Natalia Uval, 28 agosto, 2017. Em : <http://www.nodal.am/2017/08/la-integracion-social-politica-america-latina-tras-una-decada-gobiernos-progresistas-natalia-uval/>. Visto: 22/11/2017 16h.

NODAL. **Faltó decisión política para la integración. Un ALCA de facto.** Del libro El progresismo en su Laberinto, Editorial Ciccus. Aram Aharonian, 7 julio, 2017. Em: <http://www.nodal.am/2017/07/falto-decision-politica-la-integracion-alca-facto/>. **Visto: 23/11/2017 02:28min**

NODAL. **América Latina hacia la integración neoliberal y las relaciones cordiales.** Federico Larsen, 27 abril, 2017. Em: <http://www.nodal.am/2017/04/america-latina-hacia-la-integracion-neoliberal-las-relaciones-cordiales-federico-larsen/>. **Visto: 23/11/2017 02:49 am**

NODAL. **América Latina hacia la integración neoliberal y las relaciones cordiales.** Federico Larsen, 27 abril 2017. Em: <http://www.nodal.am/2017/04/america-latina-hacia-la-integracion-neoliberal-las-relaciones-cordiales-federico-larsen/> . Visto: 23/11/2017

OSORIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização:** A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** em Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (org.). **Padrão de reprodução do capital.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2012, p. 37-86.

PADULA, R. **Integração de Infraestrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000**: Uma análise Político-Estratégico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

PINTO, L F. S. **As Relações Internacionais Contemporâneas e a América Latina**. In: SILVA, L.M.N.M., PINTO, L.F.S. & SOUZA, N.A. **Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

SOMBRA SARAIVA, J. F. O Brasil e a Integração Hemisférica: vertente histórica. In.: Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out. /Dez. 1995.

SANTOS, T. Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana. Petrópolis: Vozes,1993.

SEITZ, M. **Argentina: ¿qué hizo Macri para que Obama lo visite a sólo 100 días de haber asumido?** BBC Mundo, 23 marzo 2016.

SHANKAR JHA, P. **The Twilight of the Nation State Globalisation, Chaos and War** . Pluto Press: London , 2006.

SOUZA, N.A. América Latina: as Ondas da Integração. OIKOS | Rio de Janeiro | Volume 11, n. 1 • 2012 | www.revistaoikos.org | págs. 90-129.

SOUZA, N.A. **Economia Internacional Contemporânea**: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo. **A formação da economia mundiale e A grande depressão abala os alicerces da economia mundial**. Em: Economia Internacional Contemporânea. Atlas: São Paulo. 2009, p. 1-29.

SOUZA, N.A. **Ascensão e Queda do Império Americano**. São Paulo: CPC-UMES/Mandacaru, 2001.

THE NEW YORK TIMES. **House Democrats Seek Committee to Combat White Supremacy**. In: <<https://www.nytimes.com/2017/09/07/us/politics/house-committee-white-supremacy.html>>. Sept. 7, 2017. Acesso em: 26/05/2018.

UNASUR. **Brasil: pronunciamiento de Unasur sobre el avance hacia el impeachment contra Dilma Rousseff**. In: <<https://www.nodal.am/2016/04/brasil-pronunciamiento-de-unasur-sobre-el-avance-hacia-el-impeachment-contradilma-rousseff/>>, 19 ABR, 2016. Acesso em: 05/06/2018

VENTAS, L. **Como a Saída de Dilma Muda o Panorama Político na América Latina**, Da BBC Mundo, 14 maio 2016.

VILLABOY, S.G. **Nueva historia mínima de América Latina**: Biografía de un continente. In: Archivo General de la Nación (Vol. CCXXV). Santo Domingo, 2015

WALLERSTEIN, I. **Análise dos sistemas mundiais**. In: Giddens, A.; Turner, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, [1999](#).

XAVIER, J.F.L. **Fases de Integração e o Século XIX**. XVI Congresso Internacional Fomerco. Salvador/Bahia, 2017. Em:
(http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503804282_ARQUIVO_OndasdeIntegracaoeosec.XXI.pdf).